

MESTRADO EM SOCIOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESIGUALDADES E INTERVENÇÃO SOCIAL

Desafios Globais, Perceções Locais: Juventude e Direitos Humanos

Um estudo entre Vila Nova de Gaia e Lund

Cristiana Rocha Santos

M

2024/2025



Cristiana Rocha Santos

Desafios Globais, Perceções Locais: Juventude e Direitos Humanos

Um estudo entre Vila Nova de Gaia e Lund

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora Maria Isabel Correia Dias e pelo Professor Doutor Christopher Mathieu.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano 2024/2025

Ao futuro,

onde cada ponte que construo para o outro nasce da luz que guardo em mim.

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	8
Agradecimentos	9
Resumo	10
Abstract	11
Índice de Figuras	12
Índice de Tabelas	12
Índice de Anexos	13
Introdução	14
1.Referencial Teórico e Contextual	17
1.1. Direitos Humanos: entre a utopia universal e a realidade contextual	21
1.2. A Juventude não é uma só: Conceitos, Diversidade e Desigualdades	28
1.3. Dimensões e Desafios da Participação Juvenil	32
1.4. A Globalização da Atualidade	37
2.Metodologia	43
3.Descrição de Tarefas Realizadas no estágio	46
4.Comparação entre Lund e Vila Nova de Gaia: Juventude e Direitos Humanos em Contextos Distintos	48
4.1. Portugal e Suécia: duas realidades distintas	49
4.2. Caracterização Socioeconómica das duas cidades	51
4.2.1. Lund - Suécia	51
4.2.2. Vila Nova de Gaia - Portugal	51
4.3. Políticas Públicas de Juventude	52
4.3.1. Lund: Um modelo de Participação e Juventude	52
4.3.2. Vila Nova de Gaia: Iniciativas Locais e Desafios	54
5.Semelhanças e Divergências entre Lund e Vila Nova de Gaia	55
6.Reflexões sobre o Impacto do Contexto Local na Perceção dos Direitos Humanos	55
7.Apresentação e Análise de Resultados	57
7.1. Definição de Direitos Humanos: percepções dos jovens	58
7.2. Exemplos de Direitos Humanos mais importantes	60
7.3. Conhecimentos dos Jovens sobre os seus Direitos	63
7.4. Experiência de Privação de Direitos Fundamentais	66

7.5. Desafios experienciados pelos Jovens no plano dos Direitos Humanos	69
7.6. Papel do Governo e das instituições locais na promoção dos direitos dos jovens	72
7.7. Papel da globalização, das desigualdades sociais e das mudanças climáticos no plano dos direitos humanos a nível local.....	76
7.8. Perspetiva comparativa da aplicação dos Direitos Humanos a nível internacional	78
7.9. Grau de participação dos jovens no associativismo e decisões locais	80
7.10. Medidas de promoção da participação dos jovens na defesa dos seus direitos	83
8.Considerações Finais	85
Referências Bibliográficas	90
Anexos.....	93

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this report is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da/o presente tese/dissertação/relatório, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this thesis/dissertation/report, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annex to this work.

Porto, 25 de setembro de 2025

Cristiana Rocha Santos

Agradecimentos

Saramago, numa das suas tantas reflexões maravilhosas, disse: “É necessário sair da ilha para ver a ilha, não nos vemos se não saímos de nós”. E é nesse movimento — entre o dentro e o fora, entre o eu e o mundo, entre Lund e Gaia — que este relatório se fez. A cada desafio e descoberta, vou aprendendo que crescemos com as aventuras que a vida nos oferece fora da ilha, para, um dia, regressar a ela com a alma plena.

Aos meus pais, obrigada pelas oportunidades, pelas lições e pelo carinho. Sei que estou aqui por vocês e só por vocês.

Aos meus avôs e avós, obrigada pelo amor e apoio. Que a vossa presença se alongue o suficiente para verem muitas mais vitórias como esta.

À minha família, que é o meu alicerce, obrigada pelo amor que nunca me deixou esquecer de onde venho.

Aos meus amigos, a minha gratidão pelos instantes de beleza partilhada, pelas risadas que aliviaram os dias e pelos abraços que sempre souberam a casa.

Deixo um especial agradecimento à minha orientadora, Prof.^a Doutora Isabel Dias, que desempenhou um papel fundamental ao longo deste desafio.

To Christopher Mathieu, my deepest gratitude for the guidance, inspiration, and generosity that marked this journey. To all the people who supported me in Sweden, especially those at the New Greenhouse, whether with a word of encouragement, a gesture of kindness, or simply by being there — your support was essential for me to carry this project through.

A todas as pessoas que me deram apoio e amor quando eu mais precisei: muito obrigada.

Com muito amor,

Cristiana

Resumo

Esta investigação analisa como os jovens percebem e experienciam os Direitos Humanos em contextos culturais e sociais distintos, tomando como referência os municípios de Vila Nova de Gaia, em Portugal, e Lund, na Suécia. Partindo de uma abordagem qualitativa e comparativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise documental, no intuito de compreender as percepções juvenis, a influência das políticas locais de juventude e o impacto das condições socioeconómicas na concretização dos direitos.

Os resultados demonstram que, tanto no contexto português, como no sueco, os jovens reconhecem os Direitos Humanos como valores centrais, mas de formas diferenciadas. Em Vila Nova de Gaia, a percepção foca-se sobretudo em direitos sociais e profissionais, refletindo preocupações com inclusão, emprego e igualdade de oportunidades. Em Lund, observa-se uma visão mais ampla, que integra direitos ambientais, digitais e de participação política, sustentada por políticas locais consistentes e por uma cultura de cidadania ativa.

O estudo conclui que a efetivação dos Direitos Humanos pelos jovens depende não apenas do seu reconhecimento formal, mas da existência de estruturas institucionais, políticas públicas integradas e condições sociais equitativas. Recomenda-se o reforço de programas estruturados, a aposta na educação em direitos humanos, melhor comunicação com os mais jovens e a redução das desigualdades que limitam a participação juvenil.

Apesar de centrado em dois municípios europeus, o estudo fornece contributos relevantes para repensar políticas de juventude e para promover uma cidadania mais inclusiva e efetiva no contexto continental.

Palavras-chave: Juventude; Direitos Humanos; Participação Jovem; Percepções.

Abstract

This research analyzes how young people perceive and experience Human Rights in distinct cultural and social contexts, taking as reference the municipalities of Vila Nova de Gaia, in Portugal, and Lund, in Sweden. Based on a qualitative and comparative approach, semi-structured interviews and document analysis were conducted in order to understand youth perceptions, the influence of local youth policies, and the impact of socioeconomic conditions on the realization of rights.

The results show that, in both the Portuguese and Swedish contexts, young people recognize Human Rights as central values, though in differentiated ways. In Gaia, perceptions focus mainly on social and professional rights, reflecting concerns with inclusion, employment, and equal opportunities. In Lund, a broader vision emerges, one that integrates environmental, digital, and political participation rights, supported by consistent local policies and a culture of active citizenship.

The study concludes that the effective realization of Human Rights by young people depends not only on their formal recognition, but also on the existence of institutional structures, integrated public policies, and equitable social conditions. It recommends strengthening structured programs, investing in human rights education, improving communication with youth, and reducing the inequalities that limit their participation.

Although centered on two European municipalities, the study provides relevant contributions to rethinking youth policies and promoting a more inclusive and effective citizenship in the continental context.

Key-words: Youth; Human Rights; Youth Participation; Perceptions

Índice de Figuras

FIGURA 1 - PESSOAS QUE PARTICIPAM EM ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS FORMAIS/INFORMAIS OU EM CIDADANIA ATIVA, POR SEXO, IDADE E NÍVEL DE ESCOLARIDADE (EUROSTAT, 2024). 36

FIGURA 2 - CONHECIMENTO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS.....59

FIGURA 3- ONDE APRENDESTE MAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS?.....60

FIGURA 4 - OS JOVENS CONHECEM OS SEUS DIREITOS?.....63

FIGURA 5 - ALGUM DOS TEUS DIREITOS JÁ FOI DESRESPEITADO? 66

FIGURA 6 - DIREITOS DESRESPEITADOS 70

FIGURA 7 -PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS JOVENS 73

FIGURA 8 - PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS 81

Índice de Tabelas

TABELA 1 - SINTETIZAÇÃO DA TIPOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS 23

Índice de Anexos

ANEXO 1 - ENTREVISTA JOVENS PORTUGUESES	94
ANEXO 2 - ENTREVISTA JOVENS SUECOS	95
ANEXO 3 - ENTREVISTA YOUTH WORKERS PORTUGUESES	96
ANEXO 4 - ENTREVISTA YOUTH WORKERS SUECOS	97
ANEXO 5 - TERMO DE CONSENTIMENTO (INGLÊS).....	98
ANEXO 6 - TERMO DE CONSENTIMENTO (PORTUGUÊS).....	100
ANEXO 7 - GUIÃO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE E EMBAIXADORES DO MUNICÍPIO DE LUND.....	102
ANEXO 8 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	104

Introdução

Num mundo multifacetado onde os mais jovens se tornam tanto promotores como alvos das transformações sociais, as perceções sobre os direitos humanos são moldadas por contextos locais profundamente distintos. Numa atualidade tão agitada como a que vivemos, a consolidação de uma perceção universal de dignidade humana ganha um carácter urgente, mas que ainda não se faz sentir. Este estudo foca-se na exploração dessas perceções através de uma análise comparativa entre dois contextos distintos: Vila Nova de Gaia, em Portugal, e Lund, na Suécia.

Vila Nova de Gaia é uma cidade antiga, mas em constante transformação, e Lund é uma cidade universitária, moldada pela sua história, sendo, por isso, possível encontrar distintas perspetivas do cenário geográfico e social. Contudo, ainda que diferentes, ambas as cidades são residência para milhares de jovens que encaram semelhantes desafios, como o acesso ao Direito à Educação, ao Trabalho, à Saúde ou à Igualdade. A análise e comparação destas duas realidades distintas ao longo do presente relatório, será uma oportunidade para entender como é que os contextos locais podem delinear, ou não, as perceções das camadas mais jovens.

O presente relatório de estágio intitulado *Desafios Globais, Perceções Locais: Juventude e Direitos Humanos (um estudo entre Vila Nova de Gaia e Lund)* propõe a análise das perceções dos jovens sobre os direitos humanos, procurando descobrir como estas perceções podem ser moldadas por diferentes contextos socioculturais. A pesquisa foi conduzida, conforme referido, entre Vila Nova de Gaia e Lund, apoiando-se na experiência da equipa do Fórum de Cidadania e Juventude no que concerne às políticas locais de juventude em Vila Nova de Gaia. Adicionalmente, o estágio realizado na Universidade de Lund possibilitou uma imersão prática e teórica no contexto sueco, com o objetivo de aprofundar a compreensão do território. O principal objetivo deste relatório consistiu em perceber como os jovens compreendiam os seus direitos, os desafios que enfrentavam e de que forma as políticas públicas os influenciam enquanto sujeitos de direitos. Os jovens, entendidos como uma categoria social própria, constituem uma parte essencial das sociedades, merecendo o seu próprio espaço no

debate político-social. A investigação partiu de uma experiência anterior, ancorada nas políticas juvenis implementadas em Vila Nova de Gaia e em pressupostos teóricos disponíveis na literatura especializada.

A metodologia incluiu entrevistas qualitativas a profissionais que trabalham diretamente com a juventude, bem como a jovens de ambos os locais, análise documental relacionada com os temas principais do estudo, e observação com participação, no sentido em que a investigadora, enquanto jovem, foi integrada em diversas atividades e iniciativas com outros jovens para captar as dimensões subjetivas e contextuais das experiências juvenis. Foi dada especial atenção às políticas públicas e ao impacto das dinâmicas globais e locais, para explorar de que forma determinados fenómenos sociais foram experienciados de formas particulares em diferentes contextos.

Ao combinar a proximidade prática com as políticas de juventude em Vila Nova de Gaia e a experiência profissional e académica adquirida em Lund, pretendeu-se contribuir para um debate atualizado e inovador sobre juventude, direitos humanos e políticas públicas. A investigação forneceu uma visão comparativa e interdisciplinar, no intuito de promover e incentivar uma maior compreensão da(s) juventude(s) e das suas perspetivas sobre os atuais desafios globais e as respetivas respostas locais no que concerne aos direitos dos jovens.

A questão central da investigação é a seguinte: como é que os jovens de Vila Nova de Gaia e de Lund percecionam os direitos humanos nas suas realidades locais e quais são os desafios que enfrentam na concretização desses direitos? Para aprofundar esta análise, outras questões relevantes incluem a identificação de diferenças e semelhanças entre os dois territórios, o impacto das políticas públicas de juventude e as práticas de participação cívica das camadas mais jovens.

A pesquisa foi organizada à volta de seis objetivos essenciais para a análise do tema proposto. O primeiro, consiste em compreender as perceções juvenis dos jovens em Vila Nova de Gaia e Lund. Neste âmbito, procurou-se investigar como é que os jovens dos territórios acima mencionados percecionam os direitos humanos, analisando de que

modo determinados fatores, sejam culturais, políticos ou sociais, podem influenciar essas mesmas percepções.

O segundo objetivo consiste em identificar os desafios, mapeando os principais entraves enfrentados pelos jovens na concretização dos seus direitos, em cada contexto estudado. Foi importante perceber se esses desafios eram equivalentes em ambos os locais analisados ou se os jovens de Vila Nova de Gaia e Lund enfrentavam problemas distintos no seu dia-a-dia. O terceiro visa analisar as políticas públicas, nomeadamente as políticas de juventude de Portugal e da Suécia, e como estas podem moldar o acesso aos direitos humanos dos jovens. O quarto consiste em analisar, comparativamente, os dois contextos empíricos com vista a contrastar as experiências juvenis, destacando as semelhanças e diferenças na forma como os jovens vivenciam os seus direitos em Vila Nova de Gaia e Lund. Com o quinto objetivo, procurou-se promover reflexões globais e locais, conectando os desafios locais enfrentados pelos jovens a narrativas globais, tendo em conta as dinâmicas da globalização e as respostas locais criadas para lhes dar resposta. Por fim, o relatório de estágio, visa contribuir, de certa forma, para políticas públicas de juventude mais eficazes e inclusivas na promoção dos direitos dos jovens, através da produção de recomendações e a formulação de respostas baseadas nos resultados.

O contributo desta investigação para o conhecimento sociológico reside na realização de uma análise comparativa, em reflexões sobre globalização e um foco nos direitos humanos enquanto lentes para compreender as desigualdades e o exercício da cidadania juvenil. Ao trazer perspetivas locais e globais sobre as realidades vividas pelos jovens, este relatório pretende informar tanto a academia, quanto a prática política no desenvolvimento de estratégias mais eficazes para apoiar a(s) juventude(s).

1. Referencial Teórico e Contextual

A presente investigação foca-se no estudo das perceções e desafios que os jovens têm sobre os direitos humanos no contexto de dois territórios distintos: Vila Nova de Gaia, em Portugal, e Lund, na Suécia. Este primeiro capítulo estabelecerá a base teórica essencial para sustentar a presente análise e desenvolver os diversos conceitos e teorias que permitiram compreender os desafios enfrentados pelas juventudes nestas duas realidades locais e, deste modo, procurar encontrar respostas para os objetivos delineados no relatório.

Os jovens, pelos mais diversos motivos, fizeram parte da luta pelos direitos fundamentais, tomando iniciativa e ocupando a linha da frente nos momentos de mudança. Ainda que destemidos e essenciais para a revolução [*“os movimentos de juventude conseguiram despertar no Estado um direcionamento de esforços para o desenvolvimento de políticas públicas que atendem aos seus anseios”* (Timóteo & Matos de Oliveira, 2021, p.422)], não podemos esquecer que os jovens, também, são um grupo que muitas vezes depende de políticas públicas e determinados valores para garantirem a sua liberdade e bem-estar - *“faz-se necessário que o jovem se empodere e torne-se agente ativo perante a sociedade, reconhecendo-se como o sujeito de direitos que o é.”* (Timóteo & Matos de Oliveira, 2021, p.423). Como Bourdieu (1978) menciona que “esses “jovens” encontram-se numa espécie de terra de ninguém social, são adultos para algumas coisas, crianças para outras, e jogam nos dois tabuleiros”, podemos retirar que as juventudes são um grupo extremamente variado, com jovens com diferentes *backgrounds* e problemas, potenciando a necessidade de criar redes de apoio e políticas que os protejam, uma vez que enfrentam determinados desafios próprios do seu grupo.

Esta perspetiva dualista que encaixa os jovens tanto no centro das questões sociais como na sua fronteira, acaba por despoletar diversas discussões no âmbito das políticas públicas. Isto é, surge a questão se este grupo tão importante e ativo no ramo social precisará assim tanto de ser visto como algo a ser protegido.

Para iniciar a revisão de literatura, procedeu-se à organização dos elementos-chave que se pretendia abordar ao longo da investigação. Desde o início do projeto, pretendeu-se trabalhar a área dos direitos humanos, à qual se veio a somar, numa fase posterior, a dimensão da juventude. Tendo em conta que o tema de investigação foi selecionado com base na experiência prévia da autora com juventudes, já se tinha conhecimento de algumas obras pertinentes que puderam ser facilmente integradas nesta fase da revisão.

Numa parte da revisão da literatura, realizou-se uma pesquisa na plataforma SCOPUS com as palavras chave “Direitos AND Humanos AND Juventude” e outra pesquisa com as mesmas palavras, mas em inglês. Na barra de filtros, ainda que tenha realizado a pesquisa em português e inglês, foram escolhidas quatro línguas de trabalho¹. Para ampliar as minhas opções e optamos pelas áreas das ciências sociais e psicologia². Além disto, selecionou-se obras que fossem relativamente recentes³. Desde que se deu início à pesquisa, percebeu-se que, ainda que temas como os direitos humanos, a globalização ou, até mesmo, a juventude, sejam extremamente relevantes e comuns no campo da investigação sociológica, não existem muitos trabalhos que estabeleçam uma ligação tangível entre as perceções dos jovens relativamente aos seus direitos humanos e os seus contextos locais. Por esse motivo, e pelo facto de se ambicionar seguir uma área mais ligada à intervenção local, procurou-se amparar a revisão de literatura, também, em outros documentos que mais adiante serão mencionados. Relativamente à seleção dos artigos achados na plataforma SCOPUS, foi realizada com base numa metodologia mais qualitativa e exploratória e não num protocolo de revisão sistemática, começando-se por separar um conjunto elevado de títulos e reduzindo o seu número ao longo da análise. Uma vez que se pretende estudar um tema específico, procedeu-se à análise de todos os documentos que se revelaram

¹ As línguas escolhidas foram português, inglês, espanhol e francês.

² Considerou-se relevante incluir a área da psicologia, dada a presença de inúmeros estudos sobre as perceções dos jovens.

³ Artigos e outras obras lançadas no século XXI.

potencialmente relevantes, excluindo-se aqueles cujo conteúdo não se mostrava pertinente para os objetivos da investigação.

De acordo com Bethencourt (2023), na obra *Ensaio da Fundação sobre Direitos Humanos*, “a declaração universal dos direitos humanos define-se como um padrão comum de realização para todos os povos e nações” (p.7). Nesta obra o autor aborda, em geral, a problemática dos direitos humanos e como estes evoluíram ao longo dos anos a nível global. Analisa diversos subtemas necessários para manter a discussão sobre os direitos do homem em aberto, alegando que estes nunca poderão ser encarados como algo estático, uma vez que ocorrem sempre desenvolvimentos no tema. No que concerne à juventude, é realmente necessário reconhecer que os seus direitos não poderão ser encarados como anteriormente, procurando promover medidas que permitam uma evolução constante neste quesito, sendo que “têm sido apropriados, moldados e alargados por pressão dos movimentos sociais em diferentes partes do mundo” (Bethencourt, 2023, p.19). Bethencourt (2023) não menciona a juventude enquanto um grupo que enfrenta desafios perante os direitos humanos, mas ressalva que diversos grupos na sociedade sofrerão diferentes preconceitos.

Noutra obra relevante, o artigo de Timóteo e Matos Oliveira (2021) já ressalva, com segurança, os direitos dos mais jovens. Na obra publicada em 2021, os autores discutem sobre como a ausência de políticas públicas marca uma ofensa aos direitos humanos dos mais jovens no Brasil, guiando uma investigação deveras significativa sobre o desfavor de determinados direitos. Timóteo e Matos Oliveira (2021) alegam que a quebra de defesa de direitos humanos dos indivíduos mais jovens lança um sentimento de preocupação para com o futuro do país, uma vez que a falta de apoio aos mais jovens despoleta o aumento significativo de índices de violência, desemprego e insegurança. A obra defende a “necessidade de conferir dignidade ao jovem, evidenciando a negligência estatal” (Timóteo e Matos Oliveira, 2021, p.419) e que os direitos humanos destes jovens só poderão ser efetivamente incorporados na sociedade quando forem implementadas políticas públicas relevantes que contemplem a participação social dos jovens (p.420). De facto, quando o poder local contempla os

direitos da sua juventude, poderão surgir mais oportunidades para esta camada social. Porém, de acordo com os autores, há muito trabalho a ser feito neste quesito, uma vez que “... os direitos humanos ainda não atingiram a proeminência que merecem” (Timóteo e Matos Oliveira, 2021, p.420).

Dado que este artigo, ainda que relevante, se baseia no contexto brasileiro, procurou-se fundamentar o tema com uma análise documental que fosse mais próxima da realidade europeia, acabando-se por explorar um relatório lançado pelo Conselho Europeu em 2015⁴ que estuda a participação dos jovens europeus em entidades locais e regionais. Este documento defende que “A participação ativa dos jovens nas decisões e ações a nível local e regional é essencial para construirmos sociedades mais democráticas, inclusivas e prósperas.”⁵(p. 5) e que “(...) os jovens têm o direito de estar envolvidos nas estruturas e processos democráticos das nossas sociedades.” e “devem envolver os jovens em bases de igualdade” (p. 6)⁶. Portanto, jovens que sejam envolvidos na sociedade, e que tenham direito à participação ativa, tendem a contribuir ativamente para uma melhor sociedade, uma vez que também são o futuro. Além disto, a inclusão dos jovens nestes movimentos coopera para o seu próprio bem-estar, uma vez que “contribuem também para a integração social dos jovens, ajudando-os a lidar não apenas com os desafios e pressões da juventude, mas também com os desafios de uma sociedade moderna” (p.12).

Seguindo a mesma linha de pensamento, optamos por referir um documento lançado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 2024. O Plano Municipal das Juventudes 2024-2028 identifica-se como uma proposta para o futuro de Gaia e Portugal, apresentando diversas medidas para incluir, apoiar e fortalecer as juventudes de Vila Nova de Gaia. De acordo com o documento, “os jovens deparam-se com desafios europeus, internacionais e nacionais que herdaram, (...) mas que terão de ser assumidos

⁴ O relatório “Revised European Charter on the Participation of Young People in Local and Regional Life” é de livre acesso, encontrado no website do Conselho Europeu.

⁵ Tradução livre.

⁶ Tradução livre.

e pagos pelas novas e futuras gerações” (p.20). Tal evidencia que os jovens atualmente encaram diversos desafios, prejudicando-os em múltiplos quesitos, como “as consequências da não efetivação das agendas do futuro, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (p.20) ou “o atraso considerável na implementação da Agenda 2030 que procrastina a igualdade social, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento económico” (p.20).

Através dos documentos anteriormente referidos — e dos que serão analisados nos capítulos seguintes — é possível desenvolver uma investigação aprofundada e diferenciada no que diz respeito aos direitos humanos dos jovens e à forma como estes os percebem. Como se pode depreender das citações apresentadas, os jovens enfrentam atualmente múltiplas dificuldades relativamente ao seu futuro, lidando com desafios que resultam, em grande parte, das consequências das ações de gerações anteriores. Face ao contexto global atual e às implicações que dele decorrem, torna-se evidente que a juventude se depara com obstáculos inéditos, reforçando a urgência de apoio e cooperação intergeracional.

1.1. Direitos Humanos: entre a utopia universal e a realidade contextual

Para compreender, verdadeiramente, a percepção dos jovens no que concerne aos direitos humanos, é importante esclarecer o que estes conceitos significam, uma vez que as suas interpretações e perspetivas podem facilmente alterar-se consoante o contexto social, cultural ou temporal em que se inserem. Aliás, a presente investigação baseia-se no pressuposto de que determinados valores e percepções transmutam de acordo com o cenário social onde se encontram e, por isso, não poderia deixar de mencionar tal afirmação.

De acordo com as Nações Unidas (1948), os direitos humanos são direitos que nos pertencem, simplesmente, por sermos seres humanos, independentemente da nossa nacionalidade, local de residência, género, origem étnica, religião ou qualquer outro status. Estes direitos são universais e inalienáveis, sendo a sua proteção essencial para garantir a dignidade humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos,

adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948, foi elaborada por um “comité de especialistas de diferentes países, religiões e origens, presidido por Eleanor Roosevelt e foi aprovado pela Assembleia Geral com 48 votos a favor, nenhum contra, oito abstenções e duas ausências.” (Amnistia Internacional Portugal, 2024). Esta declaração é composta por 30 artigos, frequentemente organizados em três categorias principais, como ilustrado na tabela abaixo - esta forma de organizar os Direitos Humanos em grupos é uma forma de realizar uma leitura sistematizada destes, adotada por diversos autores. Feitosa (2006), defende que “podemos identificar, historicamente, três gerações de direitos: (i) direitos civis e políticos (...) (ii) direitos econômicos e sociais (...) e (iii) direitos coletivos e direitos difusos”. A tipologia dos direitos humanos pode ser sintetizada da seguinte forma (Feitosa, 2006):

<i>Categoria</i>	<i>Direitos Humanos principais</i>
<i>Civis e Políticos</i>	- Direito à Vida – Artigo 3.º - Direito à Liberdade – Artigo 3.º - Direito à Segurança – Artigo 3.º - Direito a um Julgamento Justo – Artigo 10.º - Liberdade de Expressão – Artigo 19.º - Liberdade de Religião – Artigo 18.º - Direito ao Voto – Artigo 21.º
<i>Económicos, Sociais e Culturais</i>	- Direito ao Trabalho – Artigo 23.º - Direito à Educação – Artigo 26.º - Direito à Saúde – Artigo 25.º - Direito à Alimentação – Artigo 25.º

	- Direito à Segurança Social – Artigo 22.º - Direito à Cultura / Participação na Vida Cultural – Artigo 27.º
<i>Liberdades Fundamentais</i>	- Igualdade – Artigo 1.º (todos os seres humanos nascem livres e iguais...) - Não Discriminação – Artigo 2.º - Direito à Nacionalidade – Artigo 15.º - Direito de Asilo – Artigo 14.º - Direito de Circular Livremente e Escolher Residência – Artigo 13.º

Tabela 1 - Sintetização da Tipologia dos Direitos Humanos

Esta organização em três grupos permite compreender melhor a evolução histórica dos direitos humanos e as diferentes dimensões que os compõem. No entanto, apesar desta categorização teórica, a percepção e apropriação dos direitos humanos poderá variar consoante os contextos individuais e coletivos. A forma como os jovens percebem esses direitos pode ser profundamente influenciada pelo ambiente em que vivem, pelas experiências que enfrentam e pelos sistemas culturais e sociais que os rodeiam. Como Bethencourt (2023, p.7) também menciona, a Declaração define-se como um padrão comum de realização para todos os povos e nações, uma vez que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Tendo em conta que este importante documento consagra direitos fundamentais que tanto influenciam a nossa existência, é expectável que todas as camadas da sociedade, incluindo os jovens, percecionem os seus direitos como uma garantia igual para todos, sendo que “existe uma relação entre humanitarismo e direitos humanos, contribuindo o primeiro para a

criação de um contexto favorável à emergência do segundo” (Bethencourt, 2023, p.14). Bethencourt (2023), defende que este humanitarismo não existe no seu máximo potencial, alegando que temos vindo a perceber um “declínio do intervencionismo humano” e que “muitos autores apontam o abuso político da retórica humanitária em muitas intervenções” acabando por afetar a qualidade do “processo de invenção dos direitos humanos” (p.14). Isto significa que a sensibilidade para com o sofrimento alheio — expressa no humanitarismo — foi essencial para a construção histórica do conceito de direitos humanos, embora, como o próprio autor reconhece, essa sensibilidade nem sempre tenha sido efetiva ou coerente. Contudo, o autor, também, apresenta uma perspetiva diferente, defendendo “o século XVIII europeu como um ponto de viragem de invenção dos direitos humanos” (Bethencourt, 2023, p.15). Como Marastoni (2022, p.3) menciona, “para estudar os direitos humanos, devemos considerar os humanos. As necessidades e desejos dos humanos” e terá sido isto que se sucedeu no século XVIII com a evolução na literatura da época, que “transformou (...) tipos sociais tradicionalmente considerados inferiores, em personagens de romance, com os seus sentimentos e direitos” (Idem, p.15). Esta transformação de minorias em protagonistas “estimulou a empatia dos leitores, abrindo caminho para uma nova visão dos direitos dos humilhados e oprimidos”, fomentando, portanto, uma evolução no conceito de dignidade humana, que transparece no processo de efetivação dos direitos humanos nos séculos seguintes e fará “prevalecer a consciência do tratamento injusto” (Bethencourt, 2023, p.16). O aprimoramento do conceito de empatia trará, deste modo, um novo parecer de humanidade e cidadania para várias áreas do conhecimento, nomeadamente a psicologia, política e a sociologia — “o conceito de empatia utilizado pela sociologia implica, também, colocar-se no lugar do outro, com o objetivo de o compreender” (Souza, 2009, citado em Lopes, 2023, p.40). Assim sendo, “as sociedades e os indivíduos passam a deter uma base filosófica capaz de sustentar uma cada vez mais efetiva perceção do Outro como semelhante” (Duarte, 2015, p.7) e desenvolver uma determinada autonomia, principalmente na época do iluminismo, que veio a desencadear a “Revolução Americana e desta à Revolução Francesa, com as primeiras declarações de direitos do Homem” (Bethencourt, 2023, p.16).

Com a empatia veio o conhecimento e, desde então, temos vindo a constatar uma evolução constante no quesito de direitos humanos e como devemos defendê-los, mas, assim como em qualquer área social, não devemos assumir que a evolução dos direitos humanos é linear ou universal. Bethencourt (2023, p.18) defende que poderá ser necessário “escapar à armadilha de considerar os direitos humanos como uma ideologia utópica universal para desenvolver o potencial desses mesmos direitos na procura de uma sociedade mais justa”, ou seja, devemos olhar para os direitos humanos como um trabalho “em aberto” e não como algo que já se garante no dia a dia de todos os elementos da sociedade. O autor vai ainda mais além, defendendo que a sua crítica principal é “que os direitos humanos não podem ser vistos de forma estática ou essencializada” (Bethencourt, 2023, p.19), uma vez que estes têm sido constantemente “apropriados, moldados e alargados por pressão dos movimentos sociais em diversas partes do mundo” (Bethencourt, 2023, pp. 19 e 20). O que estas críticas levam a crer é que o conceito de direitos humanos tem vindo a basear-se numa “visão de túnel centrada nos Estados Unidos” (Bethencourt, 2023, p.20) e noutras visões ocidentais, levando à reduzida mobilização de experiências históricas de outros continentes e por esse mesmo motivo, uma limitada seleção de referências e narrativas que moldam a compreensão global dos direitos humanos. Essa centralização ocidental pode resultar na exclusão de perspetivas e lutas locais, dificultando a adaptação dos direitos humanos a diferentes contextos culturais e históricos.

Ora, se, mesmo perante uma declaração universal que se crê deslocar ao longo de um percurso de garantia igualitária [“O direito natural assume o carácter de universalidade, na medida em que a faculdade racional é comum a todos os homens.” (Fernandes, 2009, p.13)], podemos constatar que, de facto, esta fica deveras arredada da realidade atual. Fernandes (2009) questiona durante a sua obra se os direitos humanos apresentam ter algum valor no contexto das diversas culturas ou se apenas são o produto dos desejos da civilização ocidental, uma vez que, assim como Bethencourt, alega que poderá haver uma discrepância entre as necessidades atendidas à sociedade do hemisfério norte ocidental e as restantes comunidades que não se situam neste mesmo espaço geográfico. De facto, os direitos humanos surgem perante

a necessidade de uma nova legitimidade política que procurava expandir o processo de laicização da sociedade e que serviria “de motor na luta pela liberdade de consciência, pela tolerância religiosa e pela constituição de instituições democráticas” (Fernandes, 2009, p.12), mas nem todas as sociedades e culturas, no momento em que esta transição política surgiu, se encontravam culturalmente concebidas para esta mudança. Na forma como são concebidos, os direitos humanos podem entrar em conflito com as tradições locais, – “o tema dos direitos humanos frequentemente degenera em campo de batalha no qual se defrontam diversas crenças e reivindicações (Sen, 2001) - uma vez que nem sempre respeitam a diversidade cultural e podem impor o modelo ocidental a estas culturas – “é verdade que a experiência ocidental desempenhou um papel importante (...) mas interessa mobilizar experiências históricas de outros continentes e estudar os processos (...) do mundo pós-colonial atual” (Bethencourt, 2023, p.20). Um exemplo destas diferenças culturais que Amartya Sen (2001) menciona é que “os países ocidentais reconhecem numerosos direitos humanos, especialmente os que estão ligados à liberdade pública, ao passo que os países asiáticos não o fazem”, ou seja, este exemplo revela uma assimetria nas prioridades atribuídas aos direitos humanos, refletindo “um importante factor de divisão” (Sen, 2001). Para além disto, o autor continua a explicar que “uma certa tendência na Europa e na América estabelece às vezes implicitamente que é no Ocidente (...) que os direitos humanos têm sido valorizados desde épocas antigas.”, isto é, há um determinado sentimento de superioridade por parte do ocidente em relação a outros locais do mundo, que acaba, também, por estabelecer uma distância entre nações – “vender os direitos humanos como uma contribuição do Ocidente ao resto do mundo é não apenas historicamente superficial e culturalmente chauvinista como profundamente contraproducente.” (Sen, 2001).

Neste sentido, é deveras importante reconhecer que as diferentes perceções sobre os direitos humanos não emergem apenas de variações culturais, mas também das desigualdades estruturais que acabam por afetar os vários países, assim como Amartya Sen (2001) refere: “A necessidade de reconhecer a diversidade não se aplica apenas entre as nações e as culturas, mas igualmente no interior de cada nação e de

cada cultura.” Isto é, se existem diferenças na percepção dos direitos humanos entre países devido à sua influência histórica, é de esperar que a discrepância entre comunidades mais desfavorecidas dentro do mesmo país seja ainda mais evidente. Além disto, nem todas as sociedades ou pessoas terão as mesmas oportunidades de conhecer e reivindicar os seus direitos, uma vez que a disseminação do conhecimento é fortemente condicionada por fatores socioeconómicos e geopolíticos, sendo que não podemos esperar o mesmo nível de educação sobre os direitos humanos, por exemplo, de um jovem de 19 anos português no ensino superior e de um jovem de 19 anos que trabalha desde tenra idade na Tailândia. A mesma situação poderá ser exemplificada dentro de um mesmo país, uma vez que “não devemos ignorar a heterogeneidade no interior de cada país ou cultura” (Sen, 2001) e é possível notar diferenças nas percepções dos jovens numa mesma comunidade, dependendo das suas experiências pessoais e situação socioeconómica.

No que concerne ao caso de Portugal, Inês Quadros, Vice-Presidente da Associação de Juristas Católicos (AJC), durante uma entrevista afirma que o incumprimento dos direitos humanos em Portugal continua a ocorrer, principalmente devido a uma “ignorância culposa”. Esta alega que assistimos, atualmente, a “um aproveitamento tão grande da fragilidade, da pobreza e da miséria” de determinados elementos da sociedade, acabando por assumir um papel de ignorância, em que mesmo sabendo que existe, apenas se permite que continue a acontecer. Inês Quadros continua a explicar que os direitos humanos, ainda que mencionados na Constituição portuguesa, ainda não são cumpridos e, de momento, acredita que a prioridade deva ser essa – “Tudo isso precisa muito de ser cumprido e ainda não é” (Quadros, 2022)⁷. A Vice-Presidente da AJC continua a descrever determinadas situações em que, ainda que a constituição portuguesa defenda os direitos, estes são colocados de lado por uma elite que escolhe ignorar o que por lei não deve ser ignorado. Se as pessoas que estão no poder e que se comprometem com fazer cumprir a constituição portuguesa não demonstram

⁷ Entrevista consultada no seguinte URL= <https://agencia.ecclesia.pt/portal/direitos-humanos-ignorancia-culposa-gera-situacoes-de-incumprimento-em-portugal/>

conhecimento suficiente para tal, será ainda mais desafiante instruir outras camadas da sociedade. Rita Gorgulho, professora, partilha a mesma opinião no seu artigo sobre as aulas de cidadania nas escolas, alegando que, atualmente, a ignorância dos jovens é desejada – “não querem libertar os jovens de nada — querem, antes, confiná-los à ignorância e prepará-los para um futuro em que questionar o poder é um ato subversivo.” (Gorgulho, 2024). Esta acredita que jovens com conhecimento terão mais capacidades para o futuro, não se deixando levar pelas “amarras (...) de ambições autoritárias” (Gorgulho, 2024)⁸.

1.2. A Juventude não é uma só: Conceitos, Diversidade e Desigualdades

A juventude, enquanto conceito, não é uma evidência natural, mas uma categoria social e histórica, continuamente debatida e reconstruída. A resposta à pergunta “o que define a condição juvenil?” permanece em aberto, refletindo a multiplicidade de significados atribuídos a esta fase da vida e as clivagens internas que a atravessam (Pais, 2005, p. 2). Embora frequentemente delimitada por critérios etários — sobretudo em abordagens estatísticas e institucionais —, a sociologia contemporânea tem vindo a enfatizar a juventude como uma construção social plural, profundamente marcada por processos de diferenciação e desigualdade.

Este subcapítulo parte dessa perspetiva crítica para compreender como as condições sociais, económicas e culturais influenciam o modo como os jovens vivem, percecionam e reivindicam os seus direitos. Ao desconstruir a imagem homogénea da juventude, propõe-se aqui uma leitura que valoriza a diversidade das trajetórias juvenis, articulando esta análise com os contextos específicos de Vila Nova de Gaia e Lund.

No artigo *A construção sociológica da juventude – alguns contributos*, José Machado Pais (1990) começa por abordar o surgimento de uma nova perspetiva no que concerne a este tópico, alegando que “Tem começado a generalizar-se uma «consciência sociológica» que toma a juventude” (p. 139), isto é, o autor explica que os

⁸ Consultar o artigo no seguinte URL= <https://www.esquerda.net/opiniao/aulas-de-cidadania-ignorancia-e-forca/92636>

sociólogos começam a ficar conscientes de que não podem simplesmente aceitar a ideia de juventude tal como aparece no senso comum, nas políticas públicas ou nos discursos políticos. Pais (1990), explica, ainda, que os jovens são vistos como um *mauvais objet*, ou “mau objeto”, no sentido em que são um “objeto pré-construído que importa destruir para eventualmente o reconstruir” (p.139), colocando-os como um conceito já moldado, cheio de preconceitos, estereótipos e generalizações, que nos chega já com determinados significados impostos - como, por exemplo, indica Pais (1990) ao referir que “eles são os problemas de inserção profissional, os problemas de droga, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais” (p.144). Assim sendo, o autor defende que “a teoria sociológica se vê cada vez mais confrontada com a necessidade de estabelecer ruturas com as representações correntes” (p.139), isto é, o conceito de juventude deve ser reconstruído de forma mais rigorosa, não recorrendo a estereótipos, mesmo que isso vá contra as ideias dominantes.

Pais (1990) propõe uma leitura crítica da juventude enquanto construção social, desconstruindo a sua aparente homogeneidade e introduzindo o que designa como o “paradoxo da juventude”. Este paradoxo reside na coexistência de duas representações do mesmo conceito: por um lado, a juventude é vista como uma fase de vida com características comuns, definida sobretudo em termos etários; por outro, reconhece-se a sua profunda diversidade interna, resultante das diferentes posições sociais que os jovens ocupam na estrutura social. Como o autor sublinha: “seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum” (Pais, 1990, p. 140). Esta dualidade — entre unidade etária e diversidade social — torna-se evidente na forma como a juventude pode ser simultaneamente percebida como geração e como classe: “*a juventude ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogéneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogéneo*” (p. 150). Esta abordagem é particularmente relevante para o presente estudo comparativo entre Vila Nova de Gaia e Lund, permitindo reconhecer que a perceção dos direitos humanos não é apenas marcada pelo contexto nacional, mas também por variáveis como o género, a origem étnica, a pertença de

classe ou o acesso à educação, que moldam experiências distintas da juventude dentro do mesmo território.

Além disso, Pais (1990) adverte para os riscos de uma abordagem sociológica que simplifique a juventude como um grupo naturalizado e indistinto, alertando que tal visão *“tem resistido a uma certa estabilidade operativa”*, uma vez que a juventude *“é socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações”* (pp. 149–150). Esta perspetiva reforça a necessidade de articular a análise da juventude com os contextos sociais concretos em que os jovens estão inseridos, evitando generalizações que obscurecem desigualdades e dinâmicas de exclusão.

Podemos, também, recorrer à entrevista *“La ‘jeunesse’ n’est qu’un mot”* de Pierre Bourdieu (1984), na qual o autor afirma que a juventude não é um dado natural, mas sim uma construção social. Essa construção é moldada por lutas de poder e por interesses entre diferentes grupos etários, sendo a divisão entre jovens e mais velhos manipulada em função dos contextos sociais e políticos. Bourdieu (1984) descreve ainda a juventude como um *“no man’s land social”*, um momento de transição em que os jovens possuem, simultaneamente, características de crianças e de adultos, alternando entre papéis de responsabilidade e de irresponsabilidade.

Para além disso, o autor aborda as desigualdades presentes no próprio conceito de juventude, sugerindo a existência de diversas “juventudes”, dado que os jovens podem ocupar posições sociais, culturais e económicas profundamente distintas — e até contraditórias — entre si. Bourdieu (1984) dedica particular atenção ao acesso à educação e ao trabalho, salientando que muitos jovens enfrentam dificuldades nesses domínios, experienciando o que descreve como “uma espécie de desamparo e desespero em relação ao trabalho”. O autor argumenta ainda que “o sistema escolar contribui para a reprodução de privilégios”, uma vez que, em vez de funcionar como instrumento de mobilidade social, tende a reforçar as desigualdades pré-existentes. Jovens oriundos de famílias privilegiadas adaptam-se com maior facilidade às exigências

do sistema educativo, ao passo que aqueles com menos recursos enfrentam maiores obstáculos ao sucesso escolar.

Outro aspeto importante que Bourdieu (1984) levanta é o conflito intergeracional, referindo que certos setores da sociedade manifestam um verdadeiro “racismo anti juvenil” — uma hostilidade dirigida às gerações mais novas, vistas como potencial ameaça. O autor exemplifica com os idosos que, embora por vezes partilhem desta ideologia, acabam também por experienciar marginalização, já que “a velhice representa um declínio social, uma perda de poder”, o que os aproxima da mesma posição estrutural que os jovens ocupam nas chamadas classes em declínio.

Apesar disso, Bourdieu (1984) sustenta que o conflito mais acentuado ocorre no mundo do trabalho, onde se observa um confronto entre “dois estados distintos do sistema escolar, dois momentos diferentes de escassez dos diplomas”. De um lado, os mais velhos reivindicam a experiência associada à antiguidade; do outro, os mais jovens reclamam a legitimidade conferida pelos diplomas académicos que os mais velhos não possuem. Este “conflito objetivo traduz-se em disputas por reconhecimento”, nomeadamente no interior das organizações e das carreiras profissionais. Segundo Bourdieu (1984) tais conflitos tendem a ser controlados enquanto os mais velhos conseguem regular o ritmo de progressão dos mais jovens, seja por meio da gestão das carreiras, seja através do estabelecimento dos critérios de acesso ao poder. Dessa forma, impedem que os mais jovens ascendam a posições de influência, perpetuando o domínio dos mais experientes. Bourdieu (1984) conclui que, quando o “sentido dos limites” se perde, emergem tensões visíveis quanto às fronteiras etárias e às diferenças geracionais, tendo como pano de fundo a transmissão do poder e dos privilégios. Nesse cenário, os mais jovens desafiam a ordem estabelecida, questionam normas instituídas e reivindicam maior participação e reconhecimento social.

Além dos problemas retratados por Bourdieu (1984), a juventude está longe de constituir uma fase homogénea da vida, revelando-se marcada por desigualdades estruturais que se expressam de forma particularmente única no contexto europeu. O acesso ao emprego estável, à habitação e à participação cívica constitui um desafio

crescente para muitos jovens, em especial os oriundos de contextos socioeconômicos desfavorecidos, migrantes ou pertencentes a minorias étnicas. A juventude nas sociedades contemporâneas caracteriza-se por trajetórias cada vez mais instáveis e marcadas por desigualdades sociais profundas. Como afirma Pais (2009), "as trajetórias de vida bloqueiam frequentemente encruzilhadas de impasse, determinadas por variáveis sociais" (p. 371), o que impede muitos jovens de atingirem uma independência econômica e social efetiva. Apesar de continuarem a existir "determinados marcadores de passagem entre as várias fases de vida" (p. 374), como a saída de casa ou o início da vida profissional, a precariedade crescente transforma essas etapas simbólicas em percursos reversíveis e inseguros. A esta instabilidade, Pais chama de "yoyogeneização da condição juvenil", expressão que ilustra como os jovens oscilam entre avanços e recuos na transição para a vida adulta, "emprego/desemprego; casamento/divórcio; abandono/retorno à escola ou família de origem" (p. 372). A persistência da norma social de que "hoje pode ser-se jovem aos 29 anos ou mais" (p. 373), contrasta com as expectativas frustradas de quem, tendo formalmente alcançado a maioridade, se vê impossibilitado de exercer plenamente a cidadania adulta. Segundo o autor, muitos destes jovens vivem "uma situação de impasse [...] em relação ao seu futuro", sentindo-se "incapazes de vislumbrar um futuro" (p. 379), o que pode levar a condutas de alienação ou protesto, como os tumultos juvenis em Atenas, resultado de uma "geração desesperançada, desesperada, frustrada" (p.380). Assim, os denominados "ritos de passagem" parecem estar a ser substituídos por "ritos de impasse" (p. 371), que expressam a vulnerabilidade e a incerteza das juventudes contemporâneas perante um futuro cada vez mais desigual.

1.3. Dimensões e Desafios da Participação Juvenil

A participação dos jovens na vida democrática é, segundo a Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019–2027, um direito fundamental e uma condição necessária para a vitalidade das democracias contemporâneas. Mais do que a simples inclusão em atividades organizadas, esta participação pressupõe a existência de

mecanismos efetivos de escuta, influência e codecisão nos assuntos que dizem respeito às suas vidas e ao seu futuro. Como sublinha a Comissão Europeia (2025), é fundamental “assegurar que os jovens possam expressar as suas opiniões, serem ouvidos e influenciar processos políticos de forma significativa e contínua” (p. 6).

Apesar desse reconhecimento formal, o próprio relatório reconhece que a participação jovem continua a ser desigual e limitada em muitos contextos da União Europeia. Tal limitação manifesta-se, por um lado, na sub-representação dos jovens nos espaços institucionais de decisão e, por outro, na persistência de barreiras estruturais e simbólicas que desincentivam ou excluem determinados grupos juvenis. Como refere o documento, “as disparidades sociais, económicas e culturais continuam a restringir a participação política efetiva dos jovens, em particular daqueles com menos oportunidades” (Comissão Europeia, 2025, p. 6).

Neste sentido, o relatório da Comissão defende que a participação deve ser entendida como um processo estruturado e contínuo, não reduzido ao ato de votar ou à mera presença em fóruns consultivos. Pelo contrário, deve garantir influência real na formulação de políticas públicas, através de mecanismos acessíveis, representativos e legitimados. É por isso que a Comissão apela ao reforço de “formas de participação deliberativa, cogovernança e inclusão de jovens na definição de prioridades políticas, particularmente ao nível local e regional” (Comissão Europeia, 2025, p. 6).

A promoção da participação juvenil, nestes termos, exige não apenas a criação de espaços, mas também mudanças na cultura política e institucional, que frequentemente ainda tratam os jovens como destinatários passivos e não como agentes políticos. A Comissão reconhece essa lacuna ao afirmar que “a participação deve ser compreendida como um processo de empoderamento democrático, e não como um mero envolvimento simbólico” (Comissão Europeia, 2025, p. 6).

A participação juvenil constitui, assim, um dos pilares fundamentais do exercício pleno da cidadania. Contudo, em Portugal, a sua efetivação continua a ser marcada por limitações estruturais, descontinuidade política e desigualdade territorial. Como aponta o Observatório Permanente da Juventude (OPJ), apesar de a legislação portuguesa

prever mecanismos formais de participação, como os Conselhos Municipais de Juventude (CMJ), 31,5% dos municípios ainda não os implementaram, contrariando o disposto na Lei n.º 8/2009 (OPJ, 2020, p. 5). Esta ausência é frequentemente justificada por uma alegada falta de interesse dos próprios jovens, o que revela uma tendência para culpabilizar os destinatários pela ineficácia das estruturas de participação (OPJ, 2020, p. 6).

Além disso, apenas 8,8% dos municípios dispunham de um Plano Municipal de Juventude (PMJ) no momento da recolha de dados, o que demonstra a fragilidade da política municipal de juventude enquanto instrumento de ação estratégica (OPJ, 2020, p. 3). Mesmo quando existentes, os mecanismos de auscultação são frequentemente pontuais, informais e não sistematizados, estando muitas vezes ligados a eventos isolados ou ao associativismo juvenil (OPJ, 2020, pp. 4–5).

O associativismo, apesar de ser reconhecido como meio privilegiado de envolvimento dos jovens, também apresenta limitações significativas: 11% dos municípios não apoiaram qualquer associação juvenil entre 2013 e 2017, enquanto apenas 21% apoiaram mais de nove associações nesse período (OPJ, 2020, p. 7). Os apoios concentram-se sobretudo em meios logísticos e financeiros, como transporte e cedência de espaços, sendo menos comuns os estímulos à participação política ou à criação de redes juvenis com capacidade de intervenção (OPJ, 2020, p. 7).

Estas dinâmicas revelam uma visão ainda instrumental e passiva da juventude, em que os jovens são considerados beneficiários de políticas públicas, mas raramente interlocutores ativos no seu desenho e implementação. O OPJ (2020) sublinha que, para uma política de juventude efetiva, é necessário um modelo construído com os jovens e não apenas para os jovens, promovendo processos participativos que reconheçam os seus saberes, interesses e reivindicações (p. 9).

Para além disso, verifica-se uma clara assimetria territorial, sendo os municípios do interior os mais afetados pela falta de estruturas e recursos para a participação, enquanto os grandes centros urbanos (Lisboa, Porto) apresentam dinâmicas mais consolidadas (OPJ, 2020, p. 8). Esta desigualdade reforça a necessidade de pensar

políticas públicas mais equitativas e inclusivas, capazes de combater a exclusão juvenil e promover o direito à participação como dimensão central da cidadania.

No quadro nacional, os jovens têm também enfrentado diversos obstáculos, como as “sucessivas crises políticas, suspeitas de corrupção generalizadas, aumento brutal do custo de vida, abandono dos sonhos no acesso à habitação própria, e dificuldades de afirmação pessoal e profissional” (p. 8). Trata-se, portanto, de problemas que afetam toda a sociedade, mas que se manifestam com maior intensidade entre os mais jovens, em virtude da situação de vida insegura em que se encontram. O relatório destaca ainda a dificuldade no acesso a emprego digno e à representatividade política, evidenciando os desafios estruturais que limitam a sua participação ativa na sociedade e a concretização plena dos seus direitos.

Na Suécia, a participação de crianças e jovens é reconhecida como um direito legal, especialmente desde a incorporação da Convenção sobre os Direitos da Criança no ordenamento jurídico nacional em 2020. Este enquadramento tornou obrigatória a consideração das suas vozes em processos de planeamento urbano e decisões públicas que lhes dizem respeito (Rodela & Norss, 2023). No entanto, a implementação deste princípio não é uniforme em todo o território sueco, sendo fortemente influenciada pela vontade política local, pela disponibilidade de recursos e pelas capacidades técnicas das equipas envolvidas (Rodela & Norss, 2023, p. 255).

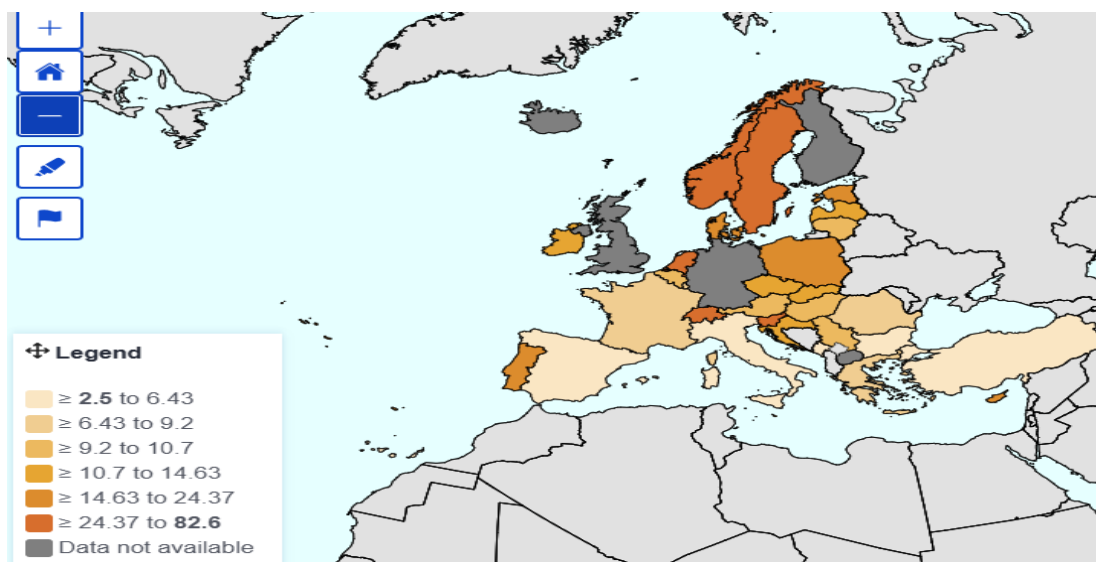
Apesar do reconhecimento institucional do direito à participação, persistem desafios que limitam a sua concretização plena. A participação dos jovens continua frequentemente a ser mediada por estruturas adultocêntricas, onde são os próprios adultos a definir os temas, os formatos e os limites da intervenção juvenil. Como referem Rodela e Norss (2023), “a forma como os jovens são convidados a participar é moldada pelas próprias ferramentas utilizadas e pelos tópicos definidos por adultos” (p. 260). Para além disso, muitas das propostas feitas pelos jovens “perdem-se no processo e raramente se traduzem em mudanças concretas” (Rodela & Norss, 2023, p. 262), o que contribui para sentimentos de frustração e desconfiança em relação às estruturas participativas. A agência juvenil, neste contexto, continua condicionada “pelas estruturas institucionais e pelos interesses de outros grupos com mais poder de

influência” (Rodela & Norss, 2023, p. 264), revelando que o reconhecimento legal da participação nem sempre se traduz num envolvimento efetivo e transformador.

De acordo com dados do Eurostat (2022), no estudo “Pessoas que participam em atividades voluntárias formais/informais ou em cidadania ativa, por sexo, idade e nível de escolaridade”, a percentagem de jovens portugueses com participação ativa é de 14,9%, posicionando Portugal no 10.º lugar entre os países da União Europeia — ligeiramente acima da média europeia (14,8%). Em contraste, a Suécia ocupa o 3.º lugar, com 53,4% de participação ativa entre os jovens dos 16 aos 29 anos. Estes dados revelam uma diferença significativa na participação cívica e social juvenil entre os dois países, sendo particularmente preocupante o cenário português quando comparado com o contexto sueco.

Contudo, é relevante notar que, apesar da sua posição de destaque, a Suécia tem registado uma diminuição acentuada na participação ativa dos jovens. Em 2015, a taxa era de 71,4%, o que representa uma descida de quase 18% em sete anos (Eurostat, 2024). Este padrão, observado também em vários outros países europeus, levanta questões sobre as razões que estão na origem do crescente desinteresse dos jovens pela participação social e cívica, exigindo uma análise mais aprofundada sobre os fatores estruturais e contextuais que influenciam este fenómeno.

Figura 1 - Pessoas que participam em atividades voluntárias formais/informais ou em cidadania ativa, por sexo, idade e nível de escolaridade (eurostat, 2024).



Apesar de iniciativas como esta lembrarem à sociedade que há ainda um longo caminho a percorrer no que respeita ao papel da juventude na promoção dos direitos humanos, persistem múltiplos desafios que dificilmente serão superados sem a implementação de um conjunto consistente de políticas públicas, pensadas com e para os jovens.

1.4. A Globalização da Atualidade

A globalização é um processo complexo e multifacetado que tem redefinido as interações entre sociedades, economias e culturas em escala global. Embora o termo só tenha sido amplamente difundido a partir da segunda metade do século XX, as suas raízes remontam a debates filosóficos e económicos que marcaram diferentes períodos históricos. Este subcapítulo explora as origens do conceito de globalização, analisando as principais perspetivas teóricas que contribuíram para a sua compreensão e o modo como se tornou um elemento central no pensamento sociológico contemporâneo. Além disto, será possível relacionar este termo com determinados desafios locais, no intuito de perceber como a globalização pode influenciar e transportar desafios para além das fronteiras de um país.

De acordo com Giddens e Sutton (2015), a globalização é o conjunto de diversos processos pelos quais “as populações humanas geograficamente dispersas estabelecem entre si um contacto mais estreito e direto, criando uma única comunidade ou uma sociedade global.”, isto é, a globalização representa a intensificação das interconexões entre diferentes sociedades, promovendo a circulação de pessoas, bens, ideias e informações a uma escala sem precedentes. Esse processo não só aproxima populações distantes, mas também transforma as dinâmicas económicas, políticas e culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade global interdependente. Este conceito surge de diversos quadros, nomeadamente dos debates filosóficos no século XVIII, que discutiam a ideia de uma sociedade humana mundial interligada e unida. Os autores defendem, também, que no século XIX, Karl Marx (2015) contribuiu para a compreensão da globalização ao analisar “as tendências expansivas do capitalismo”

(p.15), destacando o seu papel na reconfiguração das relações económicas e sociais à escala internacional. Durkheim (2015) explorou “a difusão geográfica da divisão do trabalho” (p.15), demonstrando como a crescente especialização das funções económicas impulsionava a interdependência entre diferentes sociedades.

Mais tarde, no século XX, o termo globalização começou a ser utilizado no sentido moderno que conhecemos, tendo sido incorporado, pela primeira vez, nos dicionários em 1961 e ganhando notoriedade na economia a partir dos anos 1980. Em sociologia, um dos principais defensores da tese da globalização foi Immanuel Wallerstein (1974), com a teoria do sistema-mundo, na qual argumenta que o sistema capitalista funciona a nível transnacional, estruturando-se em três grandes categorias: um centro, composto pelos países mais ricos e industrializados; uma periferia, que seriam as sociedades mais pobres e dependentes; e uma semiperiferia, que se situa entre ambas.

Os debates contemporâneos sobre globalização intensificaram-se a partir da década de 1970, com o avanço das empresas multinacionais, a crescente interdependência dos mercados, o declínio da soberania do Estado-nação, a formação de blocos supranacionais como a União Europeia e a intensificação dos fluxos migratórios. A chegada da internet, nos anos 1990, acelerou ainda mais este processo, permitindo uma comunicação instantânea à escala global – Friedman (citado em Gomes, 2024) menciona que “a proliferação de avanços tecnológicos, como a internet, juntamente com a expansão de um sistema de regras facilitadoras de comércio internacional e com a criação de complexas cadeias de logística, haviam diminuído a importância das barreiras físicas e materiais ao desenvolvimento dos países ao ponto de as tornar irrelevantes” (p. 84). Assim, a globalização tornou-se um conceito central na sociologia contemporânea, influenciando diversas áreas do conhecimento e reformulando as dinâmicas sociais, económicas e políticas em todo o mundo.

Dessa forma, a globalização não pode ser vista como um processo unidimensional, mas sim como um conjunto de dinâmicas interligadas que afetam múltiplos aspetos da vida social, económica e política. Além disso, a sua intensificação ao longo das últimas décadas tem provocado um “processo de mudança, ou talvez uma tendência social para

a interdependência mundial” (Durkheim, 2015, p.16), onde diferentes dimensões – económicas, políticas e culturais – se entrelaçam de forma complexa.

Contudo, a globalização não ocorre de forma homogénea nem isenta de desafios. O seu impacto varia consoante o contexto, podendo beneficiar algumas regiões enquanto agrava desigualdades noutras. No plano económico, a globalização manifesta-se através de “intercâmbios financeiros, comércio, produção e consumo global, uma divisão global do trabalho e um sistema financeiro global.” (Durkheim, 2015, p.15). Estes processos, apesar de favorecerem o crescimento e a inovação, também geram desigualdades estruturais entre países e regiões. Como consequência, “a globalização económica fomenta o aumento da migração, a alteração dos padrões de circulação e o assentamento da população, e a criação de uma forma mais fluida de existência humana” (Durkheim, 2015, p.15).

No campo político, verifica-se um crescente papel das organizações supranacionais na regulação das dinâmicas globais. Instituições como as Nações Unidas ou a União Europeia contribuem para a coordenação de políticas internacionais, reunindo “Estados nacionais e organizações não governamentais internacionais em fóruns de tomada de decisão comuns com o fim de regular o sistema global emergente.” (fonte?) Apesar destes esforços, a crescente interdependência global também tem gerado desafios, nomeadamente a perda de soberania dos Estados e a necessidade de uma governança global mais eficaz.

Assim, a globalização apresenta-se como um fenómeno ambivalente, repleto de oportunidades e desafios. Se, por um lado, facilita o intercâmbio e a cooperação entre sociedades, por outro, impõe novas assimetrias e dinâmicas de poder que exigem uma reflexão crítica sobre os seus efeitos e o papel das diferentes esferas sociais na sua gestão e regulação. Além disso, a aceleração dos processos globais desde a década de 1970, impulsionada pela digitalização e pela melhoria dos transportes, demonstra que “a globalização da atividade humana se está a intensificar” (Durkheim, 2015, p.16), tornando-se cada vez mais um elemento central na vida contemporânea.

Diante desse cenário global interconectado, torna-se imprescindível analisar como os processos globais reverberam nos contextos locais. Em muitas regiões, a abertura dos mercados internacionais e a crescente presença de multinacionais alteram significativamente as estruturas económicas tradicionais – “Há actores não estatais que actuam a nível mundial, como são as empresas multinacionais e os novos movimentos sociais” (Fernandes, 2017, p.25). Pequenos produtores e empreendedores locais frequentemente enfrentam uma competição desigual, onde a padronização de produtos e a consolidação de marcas globais podem levar à marginalização de práticas comerciais e culturais enraizadas na identidade regional.

Além dos impactos económicos e culturais, a intensificação dos fluxos globais também impõe desafios ambientais concretos. O aumento da produção e do consumo em escala mundial – “... baseados num modelo de desenvolvimento de exaustão e contaminação de recursos” (Bethencourt, 2023, p.108) - tem consequências diretas sobre o meio ambiente, manifestando-se, por exemplo, na degradação de ecossistemas, na poluição e na exploração exacerbada de recursos naturais. Assim, as comunidades locais, principalmente os elementos mais pobres, muitas vezes são as maiores vítimas no que concerne às consequências das alterações climáticas, o que tem vindo a despoletar uma maior demanda na criação de políticas públicas que possam conciliar o bem-estar económico com o ambiental. Como Bethencourt (2023) menciona, determinadas culturas não distinguem o ser humano da natureza, identificando-o como parte desta, promovendo, assim, “uma relação de proteção e regeneração” (2023, p.108) entre o Homem e os ecossistemas. Porém, nem todas as sociedades sustentam este pensamento, alegando que a natureza serve, apenas, para nos servir, servindo para “extração e produção”. O autor defende que, devido a esta indevida perspetiva, “a realidade hoje é de destruição de numerosos ecossistemas; de desaparecimento de numerosas espécies animais e vegetais” e, até, de “redução radical das grandes florestas que garantiam a captação do dióxido de carbono, a libertação do oxigénio, a estabilização dos solos e a proteção da vida selvagem” (2023, p.108). Por estes motivos, veremos a desigualdades aumentar, ainda mais, no mundo devido às alterações climáticas – uma vez que o Índice de Desenvolvimento Humano 2023/2024 indica que

estas “podem provocar uma explosão das desigualdades no desenvolvimento humano, prevendo-se que as regiões dos Estados Árabes, da Ásia do Sul e da África Subsaariana registem aumentos acentuados das taxas de mortalidade” (IDH, 2025).

Por fim, a interferência das decisões e políticas internacionais nas esferas locais ressalta a importância de fortalecer a governança regional e a participação comunitária. A imposição de normas e acordos supranacionais, embora tenha o potencial de promover uma coordenação global, nem sempre considera as especificidades e necessidades dos territórios locais. Dessa forma, a articulação entre os níveis global e local é fundamental para que se estabeleça um equilíbrio que possibilite o desenvolvimento sustentável e a manutenção das identidades culturais.

No que concerne à situação atual dos jovens na Europa, de acordo com a Comissão Europeia (2025), no relatório relativo à implementação da Estratégia da UE para a Juventude (2022-2024), esta desempenha um papel fundamental na “dinamização da mudança social, na promoção da diversidade cultural e na garantia da sustentabilidade a longo prazo das nossas sociedades” (p.2, 2025). Desta forma, assume um compromisso na demanda por melhores condições de vida para todos os jovens europeus, ao colocarem “os jovens no centro da elaboração das políticas da EU” e ao assegurarem a “participação ativa destes na definição do seu futuro” (2025, p.2). Assim, com o incentivo à participação dos jovens através da implementação de diversas medidas, como a iniciativa Erasmus+, a Comissão Europeia pretende estabelecer uma ligação direta entre os jovens e os processos de tomada de decisão, reforçando a sua voz na construção de políticas que os afetam diretamente. Estas iniciativas procuram garantir que os jovens não sejam apenas beneficiários das políticas públicas, mas também atores ativos na definição de estratégias para a sua inclusão social, desenvolvimento profissional e bem-estar. (2025, p.2)

Além disso, a Comissão Europeia sublinha a importância de programas como o Corpo Europeu de Solidariedade e os Diálogos da UE com a Juventude, que fomentam o envolvimento cívico e democrático dos jovens. Estas medidas pretendem não só incentivar a participação política e social, mas também capacitar os jovens para lidarem

com desafios contemporâneos, como as alterações climáticas, a transição digital e a promoção da igualdade de oportunidades. Deste modo, a Estratégia da UE para a Juventude reforça a necessidade de um compromisso intergeracional, onde os jovens são reconhecidos como agentes de mudança essenciais para a construção de uma Europa mais inclusiva, sustentável e democrática – “A Estratégia da UE para a Juventude envolve, liga e capacita os jovens e promove a participação dos jovens e a integração da perspectiva da juventude.” (Comissão Europeia, 2025, p.2).

Para garantir que este canal continue ativo, a Comissão Europeia elabora relatórios trienalmente no que concerne à juventude, no intuito de continuar a zelar pelas suas necessidades e compreender as suas dificuldades, que poderão variar por diversos motivos, nomeadamente a sua localização geográfica. Com base neste relatório, a juventude europeia enfrenta um conjunto de desafios que afetam diretamente o seu bem-estar e as suas oportunidades de futuro.

Uma grande parte dos jovens preocupam-se com participação política, mais de 70% afirmam que votam nas eleições (Comissão Europeia, 2025, p.2), e comunitária, uma vez que “participam amplamente em atividades organizadas, como o voluntariado, e manifestam-se abertamente sobre o ambiente e as alterações climáticas, que consideram ser a ameaça mundial” (Comissão Europeia, 2025, p.2).

Apesar de se preocuparem com diversos problemas atuais e procurarem participar ativamente na política local e europeia, os jovens enfrentam diversos desafios devido à sua realidade socioeconómica e educacional coloca barreiras significativas ao desenvolvimento dos jovens.

Um dos maiores desafios é o desemprego juvenil, com cerca de 10% dos jovens da UE sem trabalho e muitos a serem classificados como NEET. A precariedade laboral, aliada a baixos níveis de escolaridade, dificulta a integração no mercado de trabalho e perpetua ciclos de exclusão social e pobreza, afetando particularmente grupos vulneráveis, como minorias raciais e étnicas.

A diminuição da população jovem na Europa levanta preocupações sobre a equidade intergeracional e a sustentabilidade dos sistemas de segurança social. A pressão sobre os serviços públicos aumenta à medida que a população envelhece, tornando essencial garantir condições dignas para os jovens que irão sustentar estas estruturas no futuro.

Outro fator preocupante é a saúde mental dos jovens, uma vez que quase metade relatou problemas emocionais ou psicossociais no último ano. A insegurança financeira, o desemprego e as dificuldades no acesso a educação e habitação de qualidade contribuem para este cenário preocupante.

O sistema educativo, apesar dos avanços, ainda apresenta desafios significativos. O abandono escolar precoce permanece elevado, especialmente entre os jovens do sexo masculino, e muitos estudantes não atingem um nível mínimo de proficiência em áreas fundamentais como matemática, leitura e ciências. Além disso, 28% dos jovens carecem de competências digitais básicas, o que compromete as suas perspetivas de empregabilidade num mundo cada vez mais tecnológico.

A mobilidade transnacional, crucial para o enriquecimento académico e profissional, também enfrenta barreiras financeiras e organizacionais. Apesar dos programas de intercâmbio como o Erasmus+, apenas 16% dos jovens conseguiram estudar ou realizar formação noutro Estado-Membro, evidenciando a necessidade de mais apoios para garantir oportunidades equitativas.

Diante destes desafios, torna-se essencial fortalecer as políticas públicas voltadas para a juventude, promovendo maior inclusão, acesso à educação de qualidade, apoio à saúde mental e oportunidades de emprego estáveis. Apenas assim será possível garantir que os jovens europeus possam construir um futuro mais sustentável, justo e igualitário.

2. Metodologia

Como objetivo principal deste relatório de estágio, pretendeu-se identificar as perceções dos jovens sobre os direitos humanos em contextos específicos, com um foco

comparativo entre Lund e Vila Nova de Gaia. Ao cumprir este objetivo, foi possível compreender de que forma os jovens destes contextos interpretam e experienciam os seus direitos, bem como os desafios globais que enfrentam nas suas realidades quotidianas. Dado o discurso constante sobre a globalização, tornou-se pertinente evidenciar que determinados problemas e obstáculos são comuns a um número crescente de jovens, na medida em que vivemos numa aldeia global. Procurou-se, assim, estabelecer uma ligação entre desafios globais e perceções locais, analisando de que forma os jovens de Vila Nova de Gaia e de Lund divergem nas suas perceções, tendo em conta as experiências pessoais moldadas pelos respetivos contextos socioculturais, entre outros fatores.

No intuito de dar seguimento a estes objetivos, adotados uma abordagem metodológica mista, uma vez que se pretende explorar as diferentes perspetivas dos jovens e compará-las entre contextos. Avançamos com uma abordagem comparativa através da utilização de determinados métodos com base na premissa de que “na prática cotidiana da pesquisa, além das discussões metodológicas, a ligação entre as duas abordagens frequentemente é necessária e útil por razões pragmáticas” (Flick, 2002, p.17). Porém, este estudo comparativo exigiu uma maior vertente qualitativa, uma vez que se estudou as perceções dos jovens que, de acordo com Creswell (2014) é um tipo de abordagem ótima para estudar questões sociais.

Como mencionado antes, foram realizadas entrevistas qualitativas semiestruturadas com diversos jovens tanto de Vila Nova de Gaia como de Lund, com questões relativas às perceções e desafios que enfrentam. Estas entrevistas foram mobilizadas no intuito de obter insights complexos sobre as perceções dos participantes, enquanto mantêm flexibilidade suficiente para explorar novos temas que surgiram durante a interação (Flick, 2002). Além dos jovens, pretendeu-se entrar, também, em contacto com profissionais da juventude, como funcionários em pelouros da juventude dos municípios, para compreender o estado das juventudes nas políticas públicas. Estas entrevistas incluíram questões que originaram respostas mais complexas, permitindo uma análise aprofundada das experiências e dos significados que os jovens atribuem aos seus direitos e aos desafios que enfrentam ao longo do relatório.

A abordagem qualitativa foi importante para a compreensão dos contextos locais e das suas implicações para a cidadania juvenil. Além das entrevistas, foi realizado um inquérito com questões fechadas (Creswell, 2014, p.155), com vista a complementar a informação recolhida com dados qualitativos, permitindo identificar padrões, tendências e variações nas perceções dos jovens sobre os direitos humanos. Este inquérito foi lançado em duas línguas⁹. Recorreu-se a apoio externo, nomeadamente dos municípios e da Universidade de Lund, para facilitar a distribuição do questionário e alcançar um número significativo de respostas. Ainda que este apoio tenha permitido diversificar os perfis dos participantes, a amostra foi de conveniência e, por isso, não é representativa da população jovem em geral.

Para além disso, recorreu-se a um terceiro método de trabalho: a observação com participação. Ao longo do estágio, foram frequentados espaços comuns que permitiram o contacto direto com jovens de Lund e, posteriormente, com jovens de Vila Nova de Gaia, possibilitando uma compreensão mais contextualizada das suas interações e perceções. Este método revelou-se particularmente útil para captar dinâmicas sociais, comportamentos e interações que, por vezes, não são expressos nas entrevistas ou nos inquéritos, proporcionando uma perspetiva mais rica e contextualizada sobre as práticas e perceções dos jovens.

No que concerne às técnicas e procedimentos das entrevistas, foi realizada uma seleção de participantes com base na sua idade e residência, limitando a participação a jovens entre os 18 e os 25 anos residentes em Vila Nova de Gaia e Lund (Suécia). No que diz respeito às técnicas de amostragem, optou-se por uma amostragem não-probabilística, uma vez que selecionamos os participantes com base em critérios específicos. Deste modo, seguimos uma amostragem intencional ao escolher jovens de diferentes realidades sociais. Optou-se por entrevistar metade dos jovens envolvidos no ensino superior e a outra metade não envolvida. Ao selecionar jovens provenientes de diferentes realidades e níveis de escolaridade, procuramos diversificar a amostra e enriquecer a análise com uma variedade de perspetivas, experiências e contextos

⁹ Português e Inglês.

socioculturais. Esta abordagem permitiu captar nuances importantes sobre as percepções dos direitos humanos e os desafios globais, proporcionando uma visão mais complexa e diversificada da realidade estudada.

Ao longo da investigação, utilizaram-se outros critérios que se revelaram relevantes, tendo-se recorrido, pontualmente, a uma amostragem em bola de neve, com base em indicações fornecidas por jovens previamente entrevistados. No âmbito das entrevistas, realizaram-se 10 entrevistas a jovens e uma a profissionais da juventude em cada uma das localidades em estudo, totalizando 22 entrevistas. Além destas, devido à insuficiência de informação obtida inicialmente, realizou-se uma segunda entrevista junto de outros profissionais do Município de Lund (Suécia), de modo a complementar os dados disponíveis.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas de forma maioritariamente qualitativa (quantitativa nos inquéritos realizados). Ao longo da investigação, foram, também, conduzidas entrevistas adicionais, nomeadamente a outros grupos relevantes, como professores das áreas das ciências sociais e da sociologia. Foram elaborados guiões de entrevistas distintos tanto para os jovens, como para os profissionais de juventude. Refira-se, também, que existiu facilidade no acesso a participantes disponíveis para entrevistas, em especial aos profissionais da juventude, devido à proximidade estabelecida com estes no âmbito do trabalho desenvolvido em Vila Nova de Gaia.

3. Descrição de Tarefas Realizadas no estágio

No que diz respeito às tarefas desenvolvidas ao longo dos meses de realização do estágio e respetivo relatório, iniciou-se pela fase de preparação e planeamento, iniciada em outubro de 2024. Esta etapa incluiu a definição do tema do relatório, a formulação dos objetivos e perguntas de investigação, a revisão da literatura relacionada com os principais tópicos em estudo e a construção do respetivo enquadramento teórico. Definiram-se, igualmente, os métodos e técnicas de recolha de dados, como as entrevistas e a análise documental anteriormente descritas, tendo sido elaborados os respetivos guiões de entrevista. No mês de janeiro iniciou-se a fase de

recolha de dados empíricos sobre as experiências e percepções dos jovens em contexto português e, mais tarde, em contexto sueco assim que fosse iniciado o estágio curricular em Lund (Suécia). Esta fase de recolha foi a mais duradoura, tendo terminado apenas em abril 2025 com o fim do estágio curricular. Esta experiência potenciou o contacto com as juventudes e organizações locais, observação com participação, realização das entrevistas e um ganho substancial de experiência profissional no campo da sociologia.

Na fase seguinte, pretendeu-se iniciar a análise de dados ainda durante o mês de março de 2025. Contudo, tendo em conta as diferentes fases coexistentes e a possibilidade de surgirem impasses ou limitações no âmbito da investigação — uma vez que esta também dependia do trabalho desenvolvido na instituição de estágio — acabou por ser necessário iniciar essa análise apenas em meados de abril. Relativamente à análise propriamente dita, após a transcrição das entrevistas, organização da informação documental e recolha dos dados do inquérito, foi realizada uma análise temática e comparativa, com o objetivo de identificar padrões e diferenças nas percepções dos jovens sobre os seus próprios direitos. A metodologia de comparação funcionou através da identificação de temas comuns ou divergentes nas respostas, análise do discurso dos jovens para perceber como conceptualizavam os direitos humanos e organização da informação com base em categorias específicas (como o nível de participação juvenil, a percepção dos direitos humanos ou os tipos de desafios enfrentados). Após este processo, foram associados determinados dados recolhidos aos contextos socioculturais, interpretando-se os motivos que poderiam estar relacionados com esses mesmos contextos. Seguidamente, iniciaram-se as reflexões sobre os resultados e conclusões, avaliando-se de que forma estes poderiam contribuir para políticas ou intervenções práticas no campo da juventude.

Outra fase que decorreu em simultâneo com as anteriormente referidas foi a revisão pelo orientador, a qual foi iniciada em janeiro, após o envio do presente projeto de relatório de estágio, e que se manteve ao longo dos meses de trabalho até à entrega final do relatório. Foi deveras importante incluir o orientador responsável no processo de desenvolvimento do relatório, com o intuito de melhorar o trabalho desenvolvido através das sugestões e correções que foram incorporadas antes da etapa final, que

consistiu na conclusão e submissão do relatório de estágio dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com os requisitos académicos.

Como anteriormente mencionado, no mês de fevereiro iniciou-se também o estágio curricular na Universidade de Lund, no departamento de Sociologia. O trabalho desenvolvido teve uma vertente bastante prática e independente, uma vez que a estagiária participou em diversas conferências e iniciativas do departamento de Sociologia da LU, realizando a sua investigação com o apoio dos docentes. Além disso, foi possível realizar outras funções como observação com participação em iniciativas locais e contacto direto com jovens, profissionais da área da juventude e estruturas municipais. Neste processo, foram realizadas entrevistas, sessões de auscultação informal e recolha de dados qualitativos, com especial atenção às dinâmicas de participação juvenil, perceção de direitos e acesso a oportunidades. A inserção temporária na realidade sueca permitiu uma análise comparativa mais rica entre os contextos português e sueco, bem como a identificação de práticas e desafios comuns no campo dos direitos da juventude.

4. Comparação entre Lund e Vila Nova de Gaia: Juventude e Direitos Humanos em Contextos Distintos

Uma análise comparativa entre as cidades de Lund, na Suécia, e Vila Nova de Gaia, em Portugal, permitiu compreender de que forma distintos contextos sociopolíticos, económicos e culturais influenciam a perceção que os jovens têm dos seus direitos humanos. Ambas as cidades apresentam características específicas que podem impactar significativamente a participação cívica, o acesso a direitos fundamentais e as oportunidades de envolvimento dos jovens nos processos de decisão locais. Assim, torna-se pertinente considerar que essas diferenças contextuais poderão refletir-se em perceções distintas relativamente aos direitos humanos. O presente capítulo tem, portanto, como objetivo explorar as convergências e divergências entre estas duas realidades urbanas, contribuindo para uma análise mais aprofundada e contextualizada no âmbito do presente estudo.

4.1. Portugal e Suécia: duas realidades distintas

Um estudo comparativo entre duas cidades situadas em países distintos, torna imprescindível sublinhar os elementos sociais, históricos e culturais que moldam cada uma dessas realidades. As experiências e influências culturais inerentes a cada povo constituem fatores importantes na construção das vivências e percepções dos jovens, influenciando de forma singular o modo como estes compreendem, experienciam e reivindicam os seus direitos humanos. Esses elementos representam o alicerce das identidades locais e influenciam, em larga medida, a participação cívica e social da juventude.

Do ponto de vista geográfico, Portugal e Suécia localizam-se em extremos opostos do continente europeu, o que se traduz não apenas em diferenças climáticas e ambientais, mas também em trajetórias sociais, históricas e políticas profundamente distintas. Tais disparidades contribuem para a formação de visões do mundo particulares, moldadas pelas especificidades de cada contexto nacional. Portugal, com a sua herança histórica plural e complexa, foi durante séculos uma monarquia influenciada por múltiplas culturas, tendo passado por períodos coloniais e por um regime ditatorial que perdurou entre 1933 e 1974. A Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, marcou a transição para a democracia e simbolizou a conquista de novos direitos civis e políticos. Já a Suécia, em contrapartida, beneficiou de uma monarquia constitucional estável e de um processo de democratização gradual, sendo atualmente reconhecida pela sua estabilidade política e forte compromisso com a justiça social.¹⁰

Apesar destas trajetórias distintas, ambos os países demonstram um crescente empenho na promoção dos direitos humanos e da igualdade. No entanto, a Suécia destaca-se pelo desenvolvimento de políticas sociais mais consolidadas e por um

¹⁰Consultar o seguinte URL= https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/eu-countries/sweden_pt e <https://sweden.se/life/democracy>

modelo de bem-estar social mais abrangente, assente na inclusão social desde a infância. Um exemplo paradigmático reside no acesso gratuito ao ensino superior, realidade que contrasta com o contexto português, onde ainda persistem barreiras económicas e institucionais à continuidade dos estudos.

Esta diferença estrutural reflete-se claramente nos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2023-2024, publicado em março de 2025. Segundo este relatório, a Suécia mantém-se na 5.ª posição mundial, evidenciando elevados níveis de bem-estar económico e social, com acesso universal à saúde, à educação e a redes de proteção social robustas. Portugal, por sua vez, ocupa a 42.ª posição, integrando o grupo de países com desenvolvimento humano muito elevado, mas continuando a enfrentar desafios estruturais, como a desigualdade económica, a precariedade laboral e limitações no acesso a serviços públicos de qualidade. Tais fatores impactam de forma significativa as oportunidades de vida dos jovens e a forma como estes percecionam os seus direitos.

Apesar das disparidades, observa-se, em ambos os países, um envolvimento crescente dos jovens em questões sociais, políticas e ambientais, com destaque para temas como a justiça social, as alterações climáticas e os direitos civis. O clima e o ambiente físico, por sua vez, influenciam as dinâmicas sociais e o modo como os jovens se relacionam e ocupam os espaços urbanos. Em Portugal, o clima mediterrânico, com temperaturas amenas e elevada exposição solar, fomenta uma cultura relacional marcada pela convivialidade, pela informalidade e pela valorização do espaço público. Em contraste, o clima nórdico da Suécia, com invernos longos e rigorosos, estimula práticas sociais em ambientes interiores, como bibliotecas, cafés e centros culturais, promovendo outro tipo de socialização e participação.

Mesmo com estas diferenças culturais e geográficas, é possível identificar pontos de convergência, nomeadamente a valorização comum da educação, da cultura e do lazer como eixos fundamentais do desenvolvimento pessoal e cívico da juventude. Assim, a análise comparativa entre Lund e Vila Nova de Gaia requer uma leitura atenta

das especificidades locais, sem descurar os valores e desafios partilhados. Esta abordagem permite uma compreensão mais profunda das formas como os direitos humanos são percecionados e vividos por jovens em contextos distintos, reconhecendo o seu carácter simultaneamente universal e situado.

4.2. Caracterização Socioeconómica das duas cidades

4.2.1. Lund - Suécia

Lund é uma cidade universitária localizada no sul da Suécia, perto da grande Malmo, pertencente à província *Skåne län*, com uma população de aproximadamente 128 mil habitantes (AdminStat, 2022). A presença da Universidade de Lund, uma das mais prestigiadas da Europa, contribui para uma elevada concentração de estudantes e investigadores, promovendo um ambiente académico único, dinâmico e inovador. Esta cidade é caracterizada por uma elevada qualidade de vida, forte investimento em políticas ambientais e uma cultura de participação democrática, onde os jovens têm diversas oportunidades de envolvimento cívico. Devido ao seu ambiente jovem e inovador, a cidade exala dinamismo, criatividade e uma forte conexão com o meio académico, estimulando uma cultura de aceitação, diversidade e inclusão que se reflete na sua vida social, económica e cívica.

Além disso, a região de *Skåne* apresenta indicadores socioeconómicos relevantes para a compreensão do contexto juvenil. A taxa de desemprego na região é de 6,8 %, mantendo-se próxima da média nacional, enquanto a taxa de emprego juvenil (15–24 anos) atinge os 46,5 % (EURES, 2024). Estes dados revelam uma relativa estabilidade no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, permitindo-lhes melhores perspetivas de autonomia e participação social.

4.2.2. Vila Nova de Gaia - Portugal

Vila Nova de Gaia, inserida na área metropolitana do Porto, é uma das cidades mais populosas de Portugal, contando com aproximadamente 300 mil habitantes (Gabinete de Estratégia e Estudos, 2023). A sua economia caracteriza-se pela

diversidade, destacando-se os setores do turismo, comércio e indústria, que contribuem significativamente para o desenvolvimento local. O turismo, em particular, representa uma importante fonte de receita, graças à proximidade ao Porto e às suas atrações culturais e patrimoniais (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2024).

Apesar do crescimento económico e da existência de uma oferta educativa robusta, Vila Nova de Gaia enfrenta desafios estruturais que afetam a coesão social e o desenvolvimento sustentável. Entre estes, salientam-se a dificuldade no acesso à habitação, especialmente para a população jovem, o desemprego juvenil e as persistentes desigualdades socioeconómicas (Instituto Nacional de Estatística, 2023).

No contexto das políticas locais, destaca-se a distinção atribuída à cidade como Capital Nacional da Juventude em 2025, reconhecimento que reflete o empenho municipal na promoção da participação ativa dos jovens e na implementação de estratégias inovadoras em matéria de juventude (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2024). Contudo, apesar do aumento da participação juvenil nos processos decisórios, persistem obstáculos relacionados com o acesso limitado à informação e a escassez de incentivos para o envolvimento cívico pleno (Gabinete de Estratégia e Estudos, 2023).

4.3. Políticas Públicas de Juventude

4.3.1. Lund: Um modelo de Participação e Juventude

Com base em entrevistas com profissionais do município (Joana Ivarsson e Saga Björk) e jovens embaixadores (Felicia e Edvin), e na investigação realizada, a cidade de Lund adota uma abordagem multifacetada e inclusiva para lidar com a sua população jovem. A principal prioridade é garantir a participação ativa dos jovens, o seu desenvolvimento e a criação de espaços seguros e acessíveis.

A cidade implementou várias iniciativas para promover a participação juvenil. Um dos pilares é o conselho consultivo de jovens, um órgão que integra jovens entre os 13 e os

25 anos. Este conselho atua como uma ponte vital entre a juventude e os decisores políticos, reunindo-se com diretores de departamento antes de se encontrarem com os políticos para discutir desafios e propor soluções. Além disso, a Câmara organiza o "Conselho Juvenil", um evento onde estudantes de diferentes escolas podem debater temas relevantes com especialistas e políticos. Nestas sessões, os próprios jovens têm a oportunidade de votar nos tópicos que serão abordados em futuros encontros.

O município dedica atenção especial a grupos específicos. Existe um conselho específico para jovens com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais, onde estes podem expressar os seus desafios e receber apoio adaptado, focado em questões práticas do dia a dia. No que diz respeito aos direitos humanos, o município desempenha um papel crucial ao informar os jovens sobre como os seus direitos são protegidos por lei na Suécia e orientando-os sobre os procedimentos para os reivindicar. A inclusão de jovens LGBTQIA+ é outra prioridade, com o município a financiar e a colaborar com organizações para criar espaços seguros e de apoio.

No campo social, a cidade oferece uma rede estruturada de serviços de apoio, que incluem aconselhamento gratuito em áreas como saúde mental, bem-estar emocional e apoio familiar, disponíveis em centros juvenis e serviços sociais. A sustentabilidade e o ambiente também são abordados, com o município a desenvolver projetos que visam aproximar questões sociais e ambientais, focando-se em como as alterações climáticas afetam os grupos mais vulneráveis.

Apesar destes esforços, a cidade enfrenta desafios. A questão da habitação é considerada o problema mais urgente para os jovens entre os 18 e os 25 anos, com muitos a enfrentarem contratos de arrendamento de curta duração e incerteza. Outro desafio é a perceção dos direitos humanos por parte dos jovens suecos, que pode ser vista como uma utopia, especialmente com a introdução de novas leis que podem ser percebidas como violadoras de direitos.

Em resumo, Lund demonstra um compromisso contínuo em promover a participação ativa dos jovens e em garantir que as suas necessidades e direitos sejam uma prioridade, visando tornar a cidade um espaço cada vez mais inclusivo para todos.

4.3.2. Vila Nova de Gaia: Iniciativas Locais e Desafios

Com base na entrevista com Paula Cardoso, profissional do Gabinete da Juventude, e na investigação realizada, Vila Nova de Gaia implementou uma estratégia robusta e participativa em matéria de políticas de juventude. Esta abordagem foca-se na co-construção de soluções com e para os jovens, e a profissional descreve o seu papel como o de desenvolver e executar projetos que respondam ao Plano Municipal da Juventude 2.0. Este plano, que nasceu de um processo de auscultação a cerca de 700 jovens, é um documento flexível e estruturado em sete eixos: Felicidade, Habitat, Humanismo, Impacto, Liberdade, Sentimento e Talento.

A nível institucional, o Conselho Municipal de Juventude (CMJ) é uma plataforma crucial que facilita o diálogo entre a juventude e o município. Além disso, o Gaia Orçamento Participativo Jovem (GOP+ Jovem) é uma iniciativa que permite aos jovens apresentarem e votarem em projetos financiados pela autarquia.

A promoção dos direitos humanos é uma área central para o Gabinete da Juventude. Paula Cardoso salienta, no entanto, que os jovens nem sempre estão totalmente conscientes dos seus direitos nem sabem como os reivindicar. Embora se foquem em direitos como o trabalho e a educação, têm dificuldades em compreender conceitos como a liberdade ou os direitos relacionados com a orientação sexual. Segundo a profissional, alguns dos direitos mais frequentemente desrespeitados são o direito a uma educação de qualidade, à participação, à habitação e os direitos sociais dos jovens migrantes. O Gabinete trabalha para preencher estas lacunas através de eventos de sensibilização e projetos europeus.

O município enfrenta desafios específicos na abordagem a grupos vulneráveis. Para os jovens migrantes, a barreira linguística e a falta de conhecimento sobre os serviços disponíveis são obstáculos significativos, embora o município esteja articulado para os apoiar. A questão dos jovens de zonas rurais e a sua mobilidade é outro desafio, apesar dos esforços contínuos das juntas de freguesia e da melhoria dos transportes

públicos para descentralizar as atividades e oportunidades. Para incentivar a participação, o município recorre a iniciativas de educação não formal e a uma estreita colaboração com a rede escolar. Contudo, a profissional reconhece a dificuldade em motivar os jovens a darem o passo final na participação, como a submissão de propostas para o orçamento participativo, apesar de terem ideias "espetaculares".

Em suma, Vila Nova de Gaia tem demonstrado um forte compromisso com a juventude. A cidade procura ser um serviço de apoio à sua integração social e profissional, e o Gabinete da Juventude trabalha para que a cidade evolua na multiculturalidade e multidisciplinaridade, tornando os direitos humanos mais efetivos para todos.

5. Semelhanças e Divergências entre Lund e Vila Nova de Gaia

Ao longo da investigação, foi possível compreender a maneira como os dois municípios atuam com os jovens, adotando modelos participativos que, embora com algumas diferenças estruturais e culturais, partilham o mesmo objetivo de capacitar os jovens, promover os seus direitos humanos e responder de forma inclusiva aos desafios sociais e de mobilidade. Ambos demonstram um forte compromisso em garantir a participação ativa, com a implementação de conselhos consultivos e iniciativas de diálogo. No entanto, enquanto Vila Nova de Gaia se destaca pela formalização da sua política num Plano Municipal e pela introdução de um Orçamento Participativo Jovem, Lund foca-se mais no papel dos conselhos e na orientação jurídica dos jovens. Apesar das diferenças culturais e das particularidades nos desafios, como a habitação e a descentralização de oportunidades, ambos partilham a preocupação com a consciencialização dos jovens sobre os seus direitos e a sua inclusão.

6. Reflexões sobre o Impacto do Contexto Local na Perceção dos Direitos Humanos

A análise comparativa entre Lund e Vila Nova de Gaia evidencia que, embora os jovens de ambos os municípios enfrentem desafios semelhantes — como a precariedade laboral, a pressão académica ou a crise climática —, as condições estruturais locais e as políticas públicas disponíveis influenciam profundamente a forma como percebem, reivindicam e exercem os seus direitos.

Em Lund, um contexto marcado por uma maior estabilidade económica, sistemas de apoio social consolidados e políticas de juventude institucionalizadas contribuí para uma perceção mais concreta e acessível dos direitos humanos. A existência de espaços seguros para jovens LGBTQIA+, a inclusão ativa de jovens com deficiência nas decisões políticas e o acesso facilitado à habitação estudantil são exemplos de como a estrutura local reforça a vivência dos direitos como algo tangível e acionável.

Em contraste, os jovens em Vila Nova de Gaia valorizam fortemente os direitos humanos, mas muitas vezes encaram-nos como ideais abstratos ou difíceis de alcançar. A ausência de políticas habitacionais juvenis robustas, a precariedade do mercado de trabalho e a centralização das oportunidades urbanas em detrimento das zonas periféricas alimentam sentimentos de desigualdade e frustração. Apesar disso, a recente aposta no Plano Municipal das Juventudes 2.0 e a criação de espaços de escuta e co-construção, como o grupo motor e os embaixadores jovens, refletem um esforço municipal para transformar este cenário.

Estas diferenças demonstram que a perceção dos direitos humanos não é universal nem estática: ela é moldada por fatores como o nível de acesso a recursos, o grau de institucionalização da participação juvenil, e a efetividade das respostas públicas aos problemas concretos da juventude. O contexto local emerge, assim, como um elemento-chave na operacionalização dos direitos humanos, determinando o grau de confiança dos jovens nas instituições, o seu sentimento de pertença à comunidade e a sua capacidade de exercer cidadania plena.

7. Apresentação e Análise de Resultados

O presente capítulo expõe os principais resultados obtidos com base na recolha e análise dos dados empíricos realizados no âmbito deste estudo. Os resultados são organizados de acordo com os objetivos definidos previamente e procuram dar resposta à questão central da investigação: *Como é que os jovens de Vila Nova de Gaia e Lund percebem os direitos humanos nas suas realidades locais?*

A recolha de informação foi orientada por uma perspetiva mista, mas maioritariamente qualitativa, permitindo compreender de forma aprofundada as perceções dos/as jovens de Vila Nova de Gaia e Lund relativamente aos direitos humanos, bem como as semelhanças, contrastes e particularidades entre os dois contextos estudados. Como anteriormente referido, foram realizadas entrevistas a 20 jovens (10 de cada cidade) com 10 questões que foram divididas em diferentes grupos. Em seguida, apresenta-se uma descrição de cada grupo de perguntas, explicitando os objetivos que orientaram a sua formulação. Esta divisão visa clarificar a lógica subjacente à construção do guião de entrevista e contextualizar a análise que será desenvolvida posteriormente.

No guião, começamos com a introdução, em que a investigadora apresentou e esclareceu o tema da investigação ao participante, clarificando dúvidas sobre a sua participação. Depois, as perguntas introdutórias criaram um primeiro momento de reflexão sobre os direitos humanos, explorando a familiaridade dos jovens com o conceito e suas representações iniciais, funcionando como base para aprofundar desafios e perceções nas realidades locais de Vila Nova de Gaia e Lund. Seguiram-se perguntas sobre perceções e experiências pessoais, que procuram entender vivências concretas relacionadas com a privação de direitos, desafios do quotidiano e o papel das instituições públicas na proteção desses direitos. Em seguida, as perguntas sobre desafios globais e perceções locais exploraram a consciência crítica dos jovens sobre fenómenos globais e seus impactos locais, incluindo comparações entre Portugal e outros países. Depois, as questões sobre participação juvenil avaliam o envolvimento cívico e social dos jovens, suas motivações ou razões para ausência de participação, e incentivam reflexões sobre estratégias para potenciar esse envolvimento. Por fim, as

considerações finais encerraram a entrevista de forma aberta, permitindo reflexões adicionais, agradecendo-se a participação e reforçando a importância do contributo dos participantes para a investigação.

Para além das entrevistas realizadas, foram ainda aplicados inquéritos a jovens de Vila Nova de Gaia (56 respostas) e de Lund (36 respostas), que, embora correspondam a uma amostra de conveniência, funcionam como complemento exploratório à investigação. Estes inquéritos foram divulgados por via das redes sociais (Instagram e Facebook) com o intuito de alcançar o maior número de jovens elegíveis para este inquérito. No início do questionário os jovens tiveram de responder a algumas questões de contextualização (idade, município de residência e género). Se qualificados para o inquérito, os participantes eram direccionados para uma segunda parte de questões, onde responderiam a perguntas acerca de Direitos Humanos, a sua experiência pessoal e como esta poderia ser influenciada pelo seu País e respetivos decisores políticos.

De seguida, os dados são apresentados de forma temática/categorial, ilustrados com excertos significativos e acompanhados de uma interpretação crítica à luz do referencial teórico. Os dados qualitativo são complementados pelos dados quantitativos.

Antes faz-se uma caracterização sociodemográfica dos jovens entrevistados e dos que participaram no questionário.

7.1. Definição de Direitos Humanos: percepções dos jovens

A análise das perceções sobre o que são os direitos humanos entre os jovens de Lund e Vila Nova de Gaia revelam diferenças significativas no que concerne à compreensão e à apropriação dos mesmos, embora partilhem uma base comum de entendimento em torno de valores como liberdade, igualdade e dignidade. A forma como estes direitos são conceptualizados pode estar ligada a fatores como idade, ocupação, contexto socioeconómico ou, até, educação.

Logo nos inquéritos, percebemos que os jovens de Lund mostram-se mais confortáveis com o tópico quando questionados se sabem o que são Direitos Humanos.

Consideras que tens conhecimento suficiente sobre os Direitos Humanos?

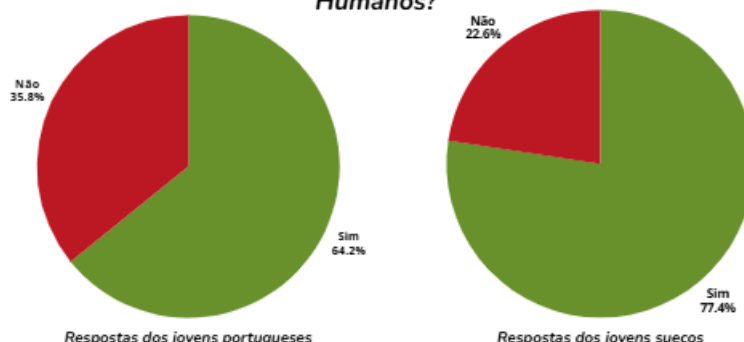


**Figura 2 -
Conhecimento sobre os
Direitos Humanos**

Além disto, em Lund os jovens tendem a ter uma visão mais institucional e normativa dos direitos humanos, frequentemente associada a um quadro legal robusto e a um Estado social que proporciona estabilidade. Um jovem sueco (Entrevista nº11) define-os como *"regulamentos que permitem aos humanos viver uma boa qualidade de vida sob quaisquer circunstâncias"* e outro jovem (entrevista nº12) relaciona os direitos com a capacidade de *"ser livre da opressão"*. Em contraste, em Gaia, a percepção dos direitos humanos parte muitas vezes da carência e da falta de garantias concretas. Uma jovem gaiense (entrevista nº1) associa os direitos ao *"bem-estar da sociedade"* e à *"independência de género"*, enquanto outra jovem (entrevista nº2) menciona a importância de *"ter casa, comida, higiene"*.

A idade e o nível de escolaridade também influenciam as percepções. Em Lund, uma jovem de 24 anos (entrevista nº13) refere que, embora as pessoas *"pensem que sabem"* sobre os seus direitos, o conhecimento é *"muito superficial"*. Já outro jovem sueco de 21 anos (entrevista nº18) acredita que os jovens estão *"bem informados"* através das redes sociais, mas não *"profundamente"* nos seus direitos. Por outro lado, em Gaia, uma jovem de 21 anos e desempregada (entrevista nº6) é categórica ao afirmar que *"a maioria das pessoas não sabe"* sobre os seus direitos e que muita coisa só aprendeu na escola. Outro jovem (entrevista nº2) reconhece que *"muita gente tem muito pouco conhecimento"* sobre o tema.

No inquérito, quando questionados onde adquiriram conhecimento sobre os Direitos Humanos, ambos os grupos de jovens colocam a escola em primeiro lugar, seguindo-se a internet em segundo lugar. Os resultados nesta questão foram bastante semelhantes, pelo que não podemos fazer grandes distinções entre os dois grupos.

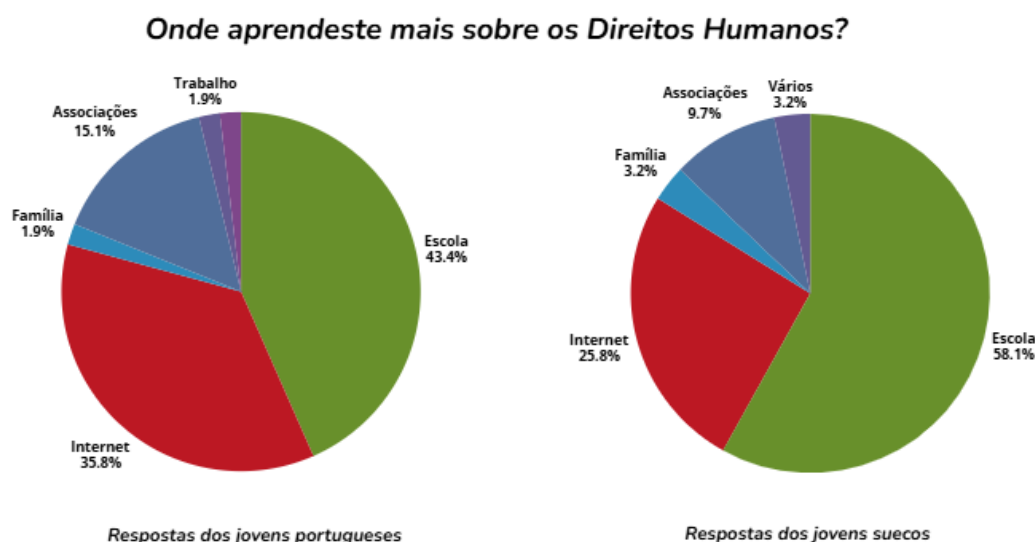


Figura 3- Onde aprendeste mais sobre Direitos Humanos?

Em síntese, percebe-se que os jovens de Vila Nova de Gaia tendem a ter uma percepção mais vivencial e crítica dos direitos humanos, focando-se naquilo que falta e na ausência de ação, enquanto os jovens de Lund – Suécia demonstram uma consciência mais alinhada com as estruturas institucionais e conhecimento adquirido no ensino formal, embora reconheçam as suas falhas.

7.2. Exemplos de Direitos Humanos mais importantes

Se a percepção dos direitos humanos se revela profundamente situada, como demonstrado pela dicotomia entre a compreensão normativa de Lund e a vivencial de Vila Nova de Gaia, essa distinção acentua-se quando se questiona diretamente quais os exemplos de direitos humanos mais importantes para estes jovens. As suas prioridades

espelham não só o que internalizam do discurso global, mas, de forma mais aprofundado, as necessidades e carências que sentem e observam nos seus quotidianos, revelando diferenças significativas conforme o género, a idade, a ocupação e o nível de escolaridade, embora uma base comum de dignidade e liberdade persista.

Os jovens portugueses de Gaia tenderam a destacar direitos fundamentais e liberdades individuais com uma forte ênfase na acessibilidade e na igualdade de oportunidades, numa priorização que reflete, talvez, a luta pela garantia do básico. O direito à habitação e à saúde foram sublinhados por vários, como uma jovem gaiense (entrevista nº1) que afirmou que *"o direito à habitação, à educação, ao direito à liberdade de opinião em vários aspetos. E termos o direito e acesso à saúde..."* eram os mais importantes. Por seu turno, um jovem na entrevista nº4 mencionou o *"Direito à existência independentemente do credo, o direito à habitação, o acesso à saúde. São os mais importantes."* Esta preocupação com o tangível, com as condições materiais de existência, pode ligar-se à carência e à precariedade já referidas.

A igualdade de género permeou também muitas respostas, quando um jovem (entrevista nº2) afirma que *"o sexo não deve ser... só por ser homem ou ter pernas. Ter direitos. Temos de ser iguais."*, e a liberdade foi igualmente um valor muito presente, tal como mencionado por uma jovem na entrevista nº7 que via o *"direito à liberdade"* como *"básico e essencial para que os outros continuem a funcionar"*. O acesso à educação e o direito à vida surgiram como preocupações centrais, especialmente entre os estudantes, com a uma jovem (entrevista nº3) a frisar o *"Direito à vida, liberdade de expressão, de género, das mulheres em serem donas da sua vida, da vida privada. O homem e a mulher também têm de ter o seu corpo. O direito à vida obviamente, é fundamental. Acho que é isso"*. Outra jovem na entrevista nº8 a adiciona a educação, defendendo que *"o básico será o direito humano fundamental, porém que pode estar em risco é a educação de qualidade, de igualdade, independentemente hierarquia."* Nestas perceções dos jovens portuguesa, a idade não parece ser um fator tão diferenciador quanto o grau de formação e a ocupação, com estudantes universitários e indivíduos com formação superior a revelar uma visão mais abrangente e, por vezes, mais conceptualizada,

enquanto os desempregados ou com menor formação escolar focam-se em necessidades mais imediatas, o que reforça a ideia de que a percepção também é influenciada por défices socioeconómicos de formação escolar carência. O género revela algumas diferenças, com as mulheres a enfatizarem mais explicitamente a igualdade de género e o direito sobre o próprio corpo.

Em contraste, os jovens suecos de Lund, embora também valorizem a igualdade, tendem a expressá-la de uma forma mais ampla, englobando a não discriminação e a liberdade de expressão como pilares essenciais, numa visão que se aproxima de uma compreensão mais institucional e normativa. A igualdade para todos e a não discriminação foi uma tónica forte, com um jovem sueco (entrevista nº11) a afirmar: *"Acredito que o mais importante é que todos tenham direitos iguais para seguir diferentes carreiras, incluindo o direito à educação, casamento, etc., sem discriminação legal, independentemente da sua origem ou identidades."* Numa outra entrevista (12ª), uma jovem declarou: *"A igualdade é definitivamente o mais importante para mim."* A liberdade de expressão foi recorrente, ligada à possibilidade de ser ouvido, como na Entrevista nº17 cujo jovem expressou: *"Acho que talvez a liberdade de expressão e, oh, não, espera. Talvez porque, há sempre os direitos humanos como educação gratuita, e acesso a médicos, e comida não é um direito humano, certo?"*. Na Entrevista nº 18 também foi realçado: *"Cuidados de saúde e acesso à educação e liberdade de expressão, são as três coisas que considero importantes."* Embora a ênfase estivesse mais nas liberdades e na igualdade abrangente, uma jovem sueca, na entrevista nº 16, trouxe uma perspetiva fundamental: *"Acredito que é importante ter o direito, porque a fundação, é como o direito a ter as vossas vidas, o direito a ter comida, água e segurança, mas depois também, ter o direito de expressar a vossa opinião e ser livre."*

Assim, as respostas dos jovens suecos parecem menos centradas em necessidades básicas de sobrevivência e mais em direitos fundamentais que garantem a autonomia individual e a participação plena na sociedade, o que pode ser reflexo de um sistema de bem-estar social robusto que já assegura muitas das necessidades fundamentais, afastando-se da "abordagem mais vivencial e crítica" dos jovens entrevistados de Vila

Nova de Gaia. A idade e o género não demonstraram grandes variações nas prioridades dos jovens suecos entrevistados, com uma consistência na valorização da igualdade e das liberdades individuais, enquanto a ocupação e o grau de formação parecem influenciar a profundidade da argumentação, mas não necessariamente os tópicos em si.

7.3. Conhecimentos dos Jovens sobre os seus Direitos

Se a percepção e hierarquização dos direitos humanos variam com a vivência e o contexto, o mesmo se pode dizer do seu conhecimento, que se revela como um mosaico de percepções e lacunas, influenciado pelas experiências educacionais, sociais e pessoais de cada jovem. A análise comparativa entre os jovens de Gaia e Lund, neste aspeto, aprofunda a compreensão de como a apropriação dos direitos se manifesta no quotidiano.

Quando questionados no inquérito se achavam que os jovens na sua comunidade conheciam bem os seus direitos, obtivemos respostas deveras interessantes, uma vez que os jovens de Vila Nova de Gaia demonstraram uma falta de confiança nos conhecimentos dos seus conterrâneos, enquanto os suecos estão mais divididos nesta matéria.

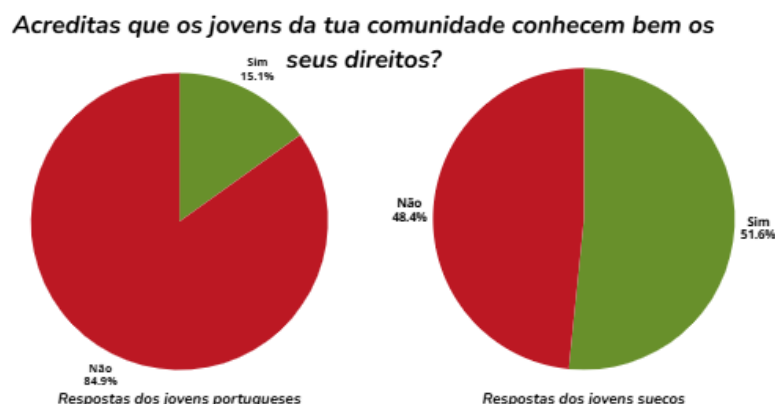


Figura 4 - Os jovens conhecem os seus Direitos?

Já nas entrevistas, em Vila Nova de Gaia, a tónica na carência e na vivência da injustiça reflete-se muitas vezes numa consciência sobre os direitos que nasce da sua

ausência ou da dificuldade em acedê-los. Uma jovem de 22 anos (Entrevista nº1) admitiu: *"Ah... Não posso dizer que os meus conhecimentos são bons. As pessoas procuram saber mais para procurar o que podem usufruir. Acho que têm apoio de uma rede"*. Esta fala sugere que o conhecimento é muitas vezes reativo, impulsionado pela necessidade ou pela busca de apoio. Outros jovens revelam uma percepção de lacunas generalizadas; um homem de 24 anos, trabalhador profissional (Entrevista nº2) mencionou: *"Eu acho que não, em geral. Eu tenho alguma dificuldade em perceber alguns tópicos (...) mas acredito que a maior parte da geração não tem muito conhecimento. Não estão muito ligados nem importados como funciona ou que direitos é que têm."* Esta perspectiva de "mal-informado" e "não se importam" aponta para um distanciamento da população, em geral, face ao tema, o que pode estar ligado a uma menor confiança nas estruturas estatais. No entanto, o conhecimento, mesmo que fragmentado, existe. Uma jovem de 23 anos (Entrevista nº3), referiu: *"Eu considero que sim, que a minha geração é uma geração que é woke, muito disposta e muito atenta, preocupados dos seus deveres. Cada um sabe onde está, onde não está, onde não é respeitado"*. Esta declaração, vinda de uma estudante universitária, sugere que o grau de formação e a ocupação podem influenciar uma postura mais proativa na busca por informação, embora o reconhecimento das lacunas na população geral persista. Uma outra jovem de 22 anos, também universitária (Entrevista nº10), reforçou a ideia de que o conhecimento vem da *"comunidade, no caso de Vila Nova de Gaia... Bem, não sei. Nas comunidades por onde fui passando, sinto que havia, sim, uma noção do que são os direitos humanos — pelo menos na teoria."*

Em contraste, os jovens suecos de Lund demonstram uma compreensão que, embora não seja sempre exaustiva, tende a ser mais institucionalizada e generalizada, refletindo a estabilidade do Estado Social e a integração dos direitos humanos no seu quotidiano. Um jovem de 20 anos, estudante do ensino secundário (Entrevista nº11), comentou: *"Eles parecem estar cientes da maioria dos direitos mais importantes em ação. Embora nem todos os compreendam. Mas tenho sido informado sobre os meus direitos, e interajo com eles, a menos que se trate de uma circunstância especial"*. Esta fala sugere uma familiaridade básica e um conhecimento reativo mais de uso do que de

busca. Uma jovem de 24 anos (Entrevista nº13), referiu: *"As pessoas na minha comunidade estão bastante cientes de que os direitos existem. Mas não estão muito cientes da sua extensão... estão apenas na sua base"*.

Ambas as citações sugerem que, apesar de um conhecimento de base, pode haver uma superficialidade ou uma perceção de que os direitos são apenas algo "que existe" sem uma compreensão aprofundada da sua aplicação ou violação, talvez pela sua aparente garantia. Uma jovem de 18 anos, estudante universitária (Entrevista nº14), reforçou esta ideia de um conhecimento mais superficial pelos jovens, em geral: *"Alguns jovens têm um bom conhecimento dos seus direitos, enquanto outros não"*. Um homem de 24 anos, trabalhador fora do sistema universitário (Entrevista nº15), explicitou que *"os jovens estão cientes do que os direitos são... eles veem os direitos humanos como algo maior para as pessoas em geral"*. Esta associação com o "académico" pode ser um indicativo de que o sistema educativo sueco desempenha um papel mais ativo na transmissão deste conhecimento. Curiosamente, uma jovem de 21 anos, desempregada (Entrevista nº16), admitiu: *"OK, eu aprendo sobre isso na escola, mas não diria que é comum"*. Esta afirmação, apesar de contrastar um pouco com as anteriores, ainda aponta para a escola como fonte de conhecimento, reforçando a ideia de um papel mais ativo da educação formal.

Em termos de comparação, é evidente que, entre os jovens de Vila Nova de Gaia, o conhecimento sobre os direitos humanos parece surgir mais da experiência da precariedade e da necessidade de reivindicação, levando a uma busca de informação mais reativa e autodidata, onde a escola é percebida como um veículo aquém do desejável. Em contraste, entre os jovens de Lund, Suécia, o conhecimento parece ser mais sistémico e disseminado pela educação formal e pela estabilidade social, embora possa carecer de uma profundidade crítica sobre a aplicação ou a potencial violação dos direitos, dada a sua aparente garantia no Estado Social. Em suma, enquanto os jovens de Vila Nova de Gaia conhecem os direitos por sentirem a sua falta e pela luta para os alcançar, os jovens de Lund conhecem-nos pela sua presença e pela familiaridade institucional, ainda que por vezes de forma superficial.

7.4. Experiência de Privação de Direitos Fundamentais

A discussão sobre a percepção e o conhecimento dos direitos humanos atinge um ponto fulcral quando se explora a experiência concreta de privação, revelando a distância, por vezes abissal, entre o direito formalmente consagrado e a sua vivência prática. Esta dimensão é particularmente reveladora ao comparar os jovens de Vila Nova de Gaia e Lund, Suécia, cujos relatos sublinham não só a existência de desafios distintos, mas também como a sua própria posição social molda a percepção de injustiça e violação.

No inquérito realizado aos jovens de ambas as localidades, voltamos a encontrar discrepâncias nas respostas dos jovens portugueses e suecos quando questionados se já haviam tido algum dos seus direitos desrespeitados. Em Vila Nova de Gaia a resposta é maioritariamente positiva, demonstrando que muitos jovens gaienses acreditam já ter sofrido situações de desrespeito aos seus direitos, ao passo que em Lund a maioria das respostas foi negativa, revelando uma percepção mais segura e estável da garantia dos direitos entre os jovens suecos.



Figura 5 - Algum dos teus Direitos já foi desrespeitado?

Nas entrevistas de Vila Nova de Gaia, a experiência de privação de direitos fundamentais emerge com uma clareza e uma amargura que espelham as fragilidades socioeconómicas do contexto local e nacional. Muitos jovens relatam a ausência de garantias básicas, transformando a ideia de "direitos" em algo distante, quase um luxo. Uma jovem desempregada (entrevista nº6), por exemplo, afirma sem rodeios: "*Tenho*

problemas com a saúde neste país. Sim, acho que sou privada de tratamentos de saúde, devido ao sistema de saúde português." Esta percepção de desumanização e a falha no acesso à saúde, um direito fundamental, é um grito de desalento que ecoa a "percepção que parte da carência" discutida anteriormente. Outra jovem (entrevista nº10) é ainda mais incisiva, numa generalização que denota um cansaço e uma desilusão com o sistema: *"Eu sempre tentei proteger-me um pouco para não ter de sofrer essa privação de forma direta, nos vários aspetos da minha vida — na minha forma de me exprimir, na minha identidade como mulher trans."* E concluiu: *"No fundo, isso acaba por ser uma privação desse direito, não é? Porque, se eu estou a evitar fazer algo que gostaria de fazer por medo da rejeição, então estou a ser privada desse direito."* Este relato evidencia que a privação não é apenas uma abstração jurídica, mas uma vivência pessoal e acumulada, que molda a sua (des)confiança. Outro jovem menciona exatamente o mesmo problema: *"no que concerne ao direito à existência, como uma pessoa queer, sinto que às vezes a minha existência é questionada nos locais onde me insiro, seja por crimes de ódio, ameaças à liberdade de expressão"*. Alguns, apresentam determinadas dúvidas, ainda que acabem por afirmar que nunca enfrentaram desafios relevantes: *"Imagina, mesmo sem os saber a todos, acredito que sim, mas talvez não. Se calhar já, mas diretamente eu nunca me senti em algum momento com um direito violado, pelo menos com grande impacto na minha vida"* (Entrevista nº5), o que pode apontar para uma segmentação das experiências dentro do próprio grupo português, possivelmente ligada à classe social e ao acesso a recursos. Contudo, a generalidade das respostas dos jovens de Gaia inclina-se para uma realidade onde os direitos não são universalmente garantidos, transformando a "privação" numa palavra que ressoa com a sua própria vida.

Em Lund, a narrativa da privação de direitos fundamentais assume uma natureza distinta, menos ligada à negação de necessidades básicas e mais a nuances de tratamento ou a frustrações com o sistema. Há uma consciência de que os direitos existem, mas nem sempre são perfeitos na prática. Uma jovem (entrevista nº11) expressa uma perspetiva de "quase" privação, ou de circunstâncias que testam os limites dos direitos: *"Não consigo pensar em nenhum exemplo de privação pessoal."*

Esta resposta inicial, comum a alguns jovens suecos, é logo matizada por outros relatos. Outro jovem sueco (entrevista nº13), comentou: "*Temos assistido a uma mudança na Suécia, com por vezes a liberdade de expressão a ser talvez um pouco limitada, mas eu não sinto... não sinto que alguma vez tenha sentido a minha liberdade de expressão limitada até agora*". Esta citação sugere que a privação na Suécia se manifesta mais numa esfera política, do que na ausência de acesso a serviços essenciais, o que se alinha com a anterior análise de uma "compreensão institucional e normativa" dos direitos. Numa outra entrevista, um jovem (entrevista nº15) levanta um ponto interessante: "*Eu, pessoalmente? Diria que não (...) Mas também acho que essa forma de pensar está um bocado enraizada na cultura sueca: esta ideia "ah, podia estar muito pior."*, em seguida finaliza por admitir que, mesmo que existam situações os direitos humanos possam estar a ser violados, os jovens acabam por "*comparar com comunidades ou países em regiões mais pobres*" e pensam "*Bem, eles estão muito pior, por isso eu na verdade não estou a ser privado dos meus direitos," mesmo que, na realidade, estejas*". Este testemunho poderá evidenciar uma forma subtil de relativização dos direitos humanos, em que o reconhecimento de possíveis violações é condicionado por uma lógica comparativa que desvaloriza o próprio contexto. Esta comparação constante com realidades mais "complicadas" conduz à normalização de certas limitações, à redução da perceção crítica e pode explicar um determinado conformismo social que podemos ver ao longo de certas entrevistas a jovens suecos.

Ao longo de outras entrevistas, vamos obtendo diferentes respostas, algumas que concordam com a ideia de que "*Pessoalmente, não, acho que tenho sido muito privilegiada (...) E, definitivamente, também não na Suécia*" (Entrevista nº16), refletindo um contexto de maior segurança e bem-estar social. No entanto, outros jovens apontam para algumas falhas sistémicas ao afirmar: "*Acho que há momentos em que as pessoas nem sempre são tratadas de forma igual, por exemplo, quando alguém é julgado pelo seu nome ou pela sua origem ao candidatar-se a um emprego*" (Entrevista nº20). Embora não detalhe uma privação pessoal, esta fala sugere uma consciência da imperfeição do sistema, mesmo num país com fortes garantias. Em geral, os jovens suecos, vivendo num Estado social robusto, raramente relatam a negação de direitos

fundamentais essenciais como habitação ou saúde, mas sim a percepção de que a igualdade ou a não discriminação nem sempre são plenamente alcançadas na prática.

As comparações entre os dois grupos são reveladoras. Se em Vila Nova de Gaia a privação de direitos é sentida como uma falha direta e pessoal no acesso a necessidades básicas e na garantia de um bem-estar digno, em Lund a "privação" é mais frequentemente associada a violações da igualdade de tratamento, discriminação ou a uma falha na aplicação perfeita dos ideais. Isto reflete as diferentes bases de onde partem as suas percepções, com os portugueses a lutar pela concretização do direito inscrito no papel, e os suecos a debaterem-se com as subtilidades da sua plena realização numa sociedade que, na teoria, já têm os direitos garantidos. Em suma, a experiência de privação de direitos fundamentais é o espelho mais cru das diferentes realidades vividas por estas juventudes; em Gaia, é a luta pela garantia do mínimo existencial que define a privação, enquanto em Lund, é a busca pela perfeição na aplicação de direitos já estabelecidos que marca a sua compreensão da sua ausência.

7.5. Desafios experienciados pelos Jovens no plano dos Direitos Humanos

A percepção dos desafios no plano dos Direitos Humanos pelos jovens de Vila Nova de Gaia e Lund (Suécia) reflete diretamente as suas realidades sociais e económicas, e as suas experiências prévias de privação ou de acesso a direitos. As suas prioridades e lacunas, já identificadas, são acentuadas ao analisarmos as barreiras que, na perspetiva da juventude, impedem a plena realização dos direitos.

Nos inquéritos, quando pedido aos jovens para enumerarem os direitos que viram desrespeitados, obtivemos resultados pertinentes: em ambas as cidades, a discriminação vem em primeiro lugar e, logo em seguida, a liberdade de expressão e problemas no trabalho. No que concerne às diferenças, obtivemos respostas como “saúde” e “educação” no contexto português e “revista de corpo ilegal” no sueco.



Figura 6 - Direitos desrespeitados

Já nas entrevistas, em Vila Nova de Gaia, os desafios frequentemente apontados pelos jovens prendem-se com a ineficácia do sistema, a falta de garantia dos direitos básicos e a desigualdade no acesso a recursos essenciais. Um jovem gaiense destaca na sua entrevista (nº2) que *"Os jovens sofrem preconceito, acredito que muitos dos que dão trabalho pensam que os jovens não querem trabalhar, ouço isso sempre. É um fator que dificulta a ter emprego"*, sugerindo que a falta de confiança depositada nos mais jovens é um obstáculo. Outra jovem (entrevista nº6) indica que *"neste momento o maior desafio é a habitação e a liberdade"*, trazendo à conversa tópicos atuais que não causam espanto. Na entrevista nº7, outra jovem menciona: *"Maioritariamente saúde, habitação e educação. Muitos jovens acabam por ser privados de educação"*. Outros jovens mencionam inúmeras vezes a falha do sistema educativo no que concerne à informação, como referido anteriormente, e ainda acrescentam: *"de forma geral, eu diria que, desde logo, há questões relacionadas com o direito à educação — ou seja, o acesso a uma educação superior de qualidade, ou mesmo o acesso à educação em si, em alguns casos."* (entrevista nº10) ou *"Não conhecerem os próprios direitos e muitas vezes vão contra esses direitos por não conhecerem a história, por não procurarem, não pesquisarem"* (entrevista nº1). Ou seja, de um lado, encontramos jovens que *"culpam"* a escola pela falta de conhecimento e outros que acreditam que *"atualmente a nossa geração está*

cada vez mais conservadora e tem ideais que vão contra esses mesmos direitos. Falta muito conhecimento à juventude” (entrevista nº1).

Em Lund - Suécia, embora os jovens não neguem problemas, tendem a focar-se menos na privação direta de necessidades básicas e mais em questões de discriminação, igualdade de tratamento e na implementação plena dos direitos num contexto de aparente bem-estar social. Um jovem de Lund (entrevista nº11) expressa uma falta de conhecimento mais generalizada: *“Acho que, na verdade, trata-se de conhecê-los. Como a maioria de nós não tem consciência deles, não podemos saber se um direito nos foi negado.”*, enquanto outros falam mais sobre a dificuldade de falar sobre os seus direitos: *“acho que um grande desafio é que muitos jovens não conhecem plenamente os seus direitos. Mesmo quando os conhecem, nem sempre é fácil falar ou ser levado a sério”* (entrevista nº20). Além destes dois testemunhos, outra jovem menciona que *“o principal desafio que os jovens enfrentam em relação aos direitos humanos é não terem as suas vozes ouvidas”*, havendo aqui um padrão de descontentamento no que concerne à participação ativa da juventude. A jovem ainda acrescenta: *“As vozes dos jovens muitas vezes não são consideradas importantes e, como resultado, começam a ver as suas próprias perspetivas como irrelevantes ou desvalorizadas.”* Conclui afirmando: *“Isto leva a um ciclo em que crianças e jovens de todas as idades acabam, gradualmente, por se convencer de que as suas vozes não importam — simplesmente porque aprenderam que a sociedade, na realidade, não os ouve”*.

Noutros tópicos, outra jovem (entrevista nº12) aponta para *“principalmente a discrepância entre homens e mulheres, e para as mulheres, e para as pessoas que nunca se levantam pelos seus direitos”*, sugerindo que a desigualdade de género e a apatia são desafios reais. Além disso, outro participante (entrevista nº13) refere que vários jovens encaram problemas relacionados com habitação e que *“A insegurança económica é, sem dúvida, um desafio que pode privar as pessoas dos seus direitos humanos.”*

Comparativamente, os jovens de Vila Nova de Gaia enfrentam desafios mais ligados à existência e acessibilidade dos direitos, como habitação, saúde e emprego, refletindo

uma luta por garantias básicas e a superação da precariedade. A liberdade de expressão e a desigualdade de tratamento, embora presentes, são muitas vezes ofuscadas pela urgência de necessidades primárias. Por outro lado, os jovens de Lund - Suécia, operando num contexto onde os direitos básicos são dados como adquiridos, focam-se nos desafios de discriminação, participação, acesso igualitário a oportunidades e na necessidade de uma maior consciência e ativismo para que os direitos sejam plenamente realizados e não apenas teoricamente existentes. Tendo em conta o género dos entrevistados, em ambos os contextos, destaca-se a persistência de desigualdades, com as mulheres a notarem mais disparidades específicas. A idade evidencia a questão da representatividade dos mais jovens em Lund - Suécia, enquanto em Vila Nova de Gaia, os desafios atravessam idades distintas, mas com uma base comum de incerteza económica. A ocupação e o nível de escolaridade modulam a forma como os desafios são percebidos, com os estudantes universitários a articularem uma visão mais complexa, mas sempre enraizada nas preocupações do seu contexto nacional.

7.6. Papel do Governo e das instituições locais na promoção dos direitos dos jovens

A perceção do papel do governo e das instituições no que concerne aos direitos humanos dos jovens é um ponto crucial que complementa a análise sobre o conhecimento, a perceção e as experiências de privação. As respostas dos jovens de Vila Nova de Gaia e Lund- Suécia revelam expectativas e críticas distintas, moldadas pelos seus contextos sociais e pela eficácia percebida das estruturas de poder.

Nos inquéritos realizados, quando se colocou a pergunta: *“Achas que o teu país faz um bom trabalho na proteção dos direitos humanos dos jovens?”*, a diferença nas respostas foi notável. De um lado, temos os jovens gaienses com respostas negativas e, do outro lado, os jovens suecos mais positivos nesta matéria.



Figura 7 -Proteção dos Direitos Humanos dos Jovens

Em Vila Nova de Gaia, a visão sobre o papel das instituições é marcada por uma mistura de esperança e desilusão, com uma forte ênfase na necessidade de ação e de garantia de direitos fundamentais básicos. Uma jovem (entrevista nº1) aponta diretamente para a educação: *"Primeiramente dar a conhecer esses direitos (..) Espalhar informação nas escolas, haver disciplina de cidadania em que se aborda esses direitos. O grande papel é transmitir informação"*. Esta perspetiva sublinha a importância da formação cívica, uma lacuna já identificada no conhecimento dos jovens portugueses. Outra jovem (entrevista nº3) concorda que o Estado *"tem um papel fundamental, dever com autoridade. Propagar informação de como fazer valer os nossos direitos de forma pacífica, esclarecer o que deve ou não ser aceite"*, mas adiciona uma nota de ceticismo: *"Se estas autoridades não colocam regras, em quem é que vamos confiar?"* Esta fala revela uma desconfiança na capacidade ou vontade das autoridades em impor e garantir os direitos. Outra jovem (entrevista nº5) expressa uma visão mais positiva, ainda que coloque algumas dúvidas: *"Há muito trabalho que nós não notamos, acontece muita coisa. Acho que há preocupação, se é suficiente ou não, não sabemos."* De seguida, conclui: *"Há trabalho, mas tendo em conta algumas narrativas, como nas redes sociais, há mais espaço para explorar por parte do governo e do município, para potenciar o contacto e o conhecimento sobre os direitos por exemplo"*.

Outras opiniões foram mais críticas: *"Ah, se querem fazer políticas de Juventude que não sejam pessoas da velha guarda a fazê-las. Se estamos a falar de coisas para a*

Juventude devem ser feitas com jovens por jovens e para os jovens." (entrevista nº8); *"Dizer que a discriminação é crime é uma boa frase, mas a realidade é outra. Não há formação adequada para combater a discriminação"*. Quanto à educação, o mesmo jovem referiu: *"acredito que poderiam implementar medidas mais eficazes (...) mas parece-me evidente que, se existem autoridades responsáveis por promover melhorias nessas áreas, então deveriam agir com mais impacto"* (Entrevista nº10). Aqui, o papel do Governo é visto como falha na garantia de um direito fundamental, levando os jovens à necessidade de reivindicação.

Em Lund- Suécia, a visão sobre o papel das instituições é geralmente mais positiva e de aceitação, refletindo a confiança num Estado Social robusto, mas com a ressalva de que há sempre espaço para melhorias e para uma maior inclusão. Um jovem (entrevista nº11) expressa uma confiança básica: *"Considerando que muitos deles são os órgãos legais responsáveis por determinar esses direitos, eu diria que têm um papel muito importante."* Já outra jovem (entrevista nº12) sugere um papel ativo na criação de oportunidades: *"Acho que desempenham um papel importante na divulgação de informação e na criação de oportunidades para o envolvimento dos jovens."* Outros jovens, como o entrevistado nº13, oferecem uma contextualização do papel na história do país: *"A Suécia tem uma longa história de uma sociedade civil muito forte e nos anos 1970 (...) era aí que se começava a ganhar consciência política e, talvez, a aprender sobre os direitos humanos através de organizações da sociedade civil"*. Ainda acrescenta: *"A nível local, é realmente onde os teus direitos são implementados ou, se não estiverem a ser respeitados, é aí que isso se torna visível, na interação com a autarquia ou até no supermercado. Portanto (...) eu diria que a autarquia está a fazer um bom trabalho."*

Outra jovem (entrevista nº14) é mais crítica em relação à efetividade local: *"A instituição sobre a qual mais aprendi em Lund parece estar mais focada no desenvolvimento da cidade, pelo que não presta muita atenção aos jovens."* Esta fala pode indicar uma perceção de que, embora o Estado a nível nacional seja eficaz, a atuação local pode ser menos visível ou impactante. Já outro jovem (entrevista nº15) apresenta uma opinião contrária à da entrevistada nº4: *"Eu diria que as instituições locais podem ter um impacto enorme nos direitos humanos, talvez até mais do que o*

próprio Governo". Em seguida, usa um exemplo: "quando se trata de instituições locais — por exemplo, na Suécia, são os municípios que gerem as visitas escolares organizadas pelas escolas municipais", e finaliza: "Lund está a fazer muitas coisas de forma muito, muito importante, esse é o meu viés pessoal sobre o assunto".

Outros jovens, como entrevistada nº19, partilham esta opinião positiva: *"penso que o Governo sueco desempenha um papel na facilitação dos direitos humanos (...) cria um espaço onde as pessoas são livres para expressar as suas opiniões, especialmente quando sentem que os seus direitos foram violados, seja em termos de liberdade de expressão ou de sistemas de crenças".* A ênfase na liberdade de expressão, educação e participação reflete as prioridades dos jovens suecos e como estes sentem que são ouvidos. Outro jovem (entrevista nº20), adiciona a fiscalização: *"O Governo sueco apoia os direitos dos jovens, criando e participando em projetos que apoiam o direito à educação e à não discriminação. As instituições devem assegurar que os direitos das crianças são respeitados. E são responsáveis por fornecer serviços que apoiam os jovens a prosperar".*

Comparativamente, os jovens de Gaia esperam do governo e das instituições uma ação mais direta na garantia de direitos básicos como saúde, educação e habitação, e uma maior capacidade de resposta à precariedade, refletindo a sua experiência de privação. Há uma desconfiança latente na sua eficácia e uma perceção de que os jovens precisam de "reivindicar" os seus direitos. Em contraste, os jovens de Lund – Suécia, veem o papel do Governo como garante de um sistema já estabelecido, com foco na promoção da igualdade, não discriminação, liberdade de expressão e participação, embora reconheçam que há sempre espaço para otimização e para que as instituições sejam mais visíveis a nível local. O papel da escola é visto como fundamental em ambos os contextos, mas com expectativas diferentes: em Vila Nova de Gaia, para transmitir conhecimento, que parece faltar; em Lund - Suécia, para consolidar uma base de conhecimento já existente e promover a participação. Em suma, enquanto os jovens portugueses anseiam por um Governo que assegure o "ter" os direitos, os jovens suecos esperam um Governo que mantenha o bom trabalho e aperfeiçoe o "ser" e o "participar" plenamente na sociedade, a partir de uma base de direitos, já considerada garantida.

7.7. Papel da globalização, das desigualdades sociais e das mudanças climáticas no plano dos direitos humanos a nível local

A complexidade dos desafios enfrentados pelos jovens no que concerne aos direitos humanos aprofunda-se ao considerar a influência da globalização e das desigualdades sociais, elementos que transcendem o plano individual e institucional e se manifestam de formas distintas a nível local. As perceções dos jovens de Vila Nova de Gaia e Lund - Suécia, neste aspeto, revelam como o contexto socioeconómico e a sensibilidade a fenómenos globais se refletem na sua compreensão dos direitos.

Em Vila Nova de Gaia, a interligação entre estes fenómenos e os direitos humanos é frequentemente percebida através do prisma das desigualdades sociais e das suas consequências diretas na vida das pessoas, com as alterações climáticas a surgirem como uma preocupação mais emergente. Uma das jovens gaienses entrevistadas (entrevista nº3) afirma: *"Creio que sim, mesmo que hoje em dia eu não sinta a desigualdade social, é uma forma de pensar bastante errónea, acontece muitas vezes debaixo do nosso nariz, acontece em todo o lado."* Esta observação evidencia a invisibilidade de certas desigualdades e sublinha a importância de estarmos atentos aos problemas sociais que nos circundam. Outro jovem (entrevista nº4) reforça esta ligação global-local: *"Sim, claro. Vivendo em Portugal, numa cidade como Gaia, todas as decisões que são tomadas a nível mundial acabam por nos afetar – mudanças climáticas, movimento de direitos humanos, no âmbito europeu, somos afetados por decisões europeias."* Este jovem reconhece a influência macro nas realidades micro. Uma outra jovem (entrevista nº7) levanta um ponto interessante: *"(...) enquanto o povo se revoltar entre si e não com os de cima, está tudo bem. Eu acho que enquanto esses problemas forem vistos como algo mais esquecido, vamos voltar aos três pilares que referi: educação, habitação e saúde – enquanto esses três forem os mais preocupantes, o resto ficará de lado"*. Demonstra uma perceção crítica de que as tensões e divisões dentro da própria população acabam por desviar a atenção dos verdadeiros responsáveis pelas desigualdades — “os de cima”.

Em Lund- Suécia, a compreensão do impacto da globalização, das desigualdades sociais e das alterações climáticas nos direitos humanos a nível local é frequentemente enquadrada numa perspetiva de responsabilidade global e de impacto indireto, com uma consciência sobre as disparidades, mesmo que não as vivenciem tão diretamente no seu quotidiano. O entrevistado nº 11, expressa uma crença na responsabilidade global: *"Não sei se eles o fazem, mas acredito que deviam. Acredito que isto tem influência nos direitos humanos, igualdade de género, políticas de imigração, igualdade parental, etc., mas não estou ciente do seu impacto atual nos meus direitos"*. Apesar de reconhecer o impacto mais amplo, a perceção de um efeito direto nas suas vidas é menor. Já noutra entrevista (nº12), outra jovem afirma: *"Sinto-me definitivamente assim"*. Na entrevista nº13 esta interconexão é abordada: *"Sim, para começar com a questão das alterações climáticas. Acredito que tudo está interligado, e sim, as alterações climáticas afetam tudo, mesmo que não seja importante, e temos de usar esta palavra para dizer que é importante. E em termos de desigualdade social, a Suécia não está imolada pelas alterações climáticas, e as alterações climáticas afetam as desigualdades sociais"*. Há uma clara consciência da interconexão entre estes fenómenos. Outra pessoa (entrevista nº14), coloca o foco na prioridade: *"Acho que as questões de direitos humanos são prioritárias, porque a maioria dos direitos humanos estão relacionados com as alterações climáticas"*. Esta jovem inverte a ordem, colocando os direitos humanos como a lente através da qual as alterações climáticas devem ser vistas. A entrevistada nº18 enfatiza a ligação com a igualdade económica: *"Sim, definitivamente. As alterações climáticas estão a violar os direitos humanos, e a desigualdade económica e social na Suécia, diria eu. Sim"*. As desigualdades sociais são reconhecidas como um problema existente, mesmo na Suécia.

Comparativamente, os jovens de Vila Nova de Gaia veem a globalização, as desigualdades sociais e as alterações climáticas como forças que impactam diretamente a sua capacidade de aceder a direitos básicos, como emprego ou educação, agravando as suas condições de vida e reforçando a precariedade. A perceção das consequências é mais imediata e pessoal. Em contraste, os jovens de Lund tendem a reconhecer a interconexão global e o impacto destes fenómenos nas desigualdades e na aplicação da

igualdade de tratamento, mas a ligação com a privação direta de necessidades básicas no seu quotidiano é menos evidente.

7.8. Perspetiva comparativa da aplicação dos Direitos Humanos a nível internacional

Após a análise dos desafios enfrentados pelos jovens no plano local, torna-se relevante explorar como estes percecionam a aplicação dos Direitos Humanos numa escala internacional, comparando a situação dos seus próprios países com outras nações ou regiões. Esta perspetiva revela uma consciência global, mas também sublinha como o seu contexto imediato molda a sua visão do mundo.

Em Vila Nova de Gaia, a comparação internacional é frequentemente marcada por uma autocrítica e um reconhecimento das fragilidades de Portugal, especialmente quando comparado com outros países europeus. Há uma perceção de que Portugal, apesar de não ser o pior, tem um longo caminho a percorrer na garantia plena dos direitos. Um jovem (entrevista nº2) expressa: *"É assim, para ser sincero não tenho muito conhecimento sobre outros países, mas acho que estamos piores. O direito aos empregos, não são acessíveis. O direito à habitação não é acessível"*. Esta fala, que aponta para a inacessibilidade de direitos básicos, retrata Portugal negativamente, mesmo com um conhecimento limitado de outros contextos. Já na entrevista nº 3, uma jovem relativiza: *"Falando na generalidade dos países, somos privilegiados, os direitos humanos estão maioritariamente garantidos"*. E acrescenta: *"Há países onde há tortura, violação, violência, apedrejamentos, é muito pior. (...) há uma mentalidade conservadora lá fora, há violação de direitos humanos aqui, mas não se compara aos outros países. Ainda que aqui esteja a crescer o conservadorismo"*. Esta visão, embora reconheça violações graves noutros locais, traz a preocupação com uma possível regressão em Portugal. Já outra entrevistada (nº6) reconhece limitações, mas não é muito negativa: *"Não sei bem sobre os outros países, mas Portugal não é dos piores. Não te sei dizer países piores, mas sei que Portugal não está tão mal. Mas há países melhores,*

não te sei dizer quais." Outra jovem (entrevista nº7) sugere que Portugal se aproxima de modelos europeus: *"Eu acho que Portugal podia estar bem melhor comparado ao que está."* Há, portanto, a ideia de que Portugal está num caminho de melhoria, mas ainda distante do ideal. A jovem da entrevista nº 9 amplia a comparação para além da Europa: *"OK, eu acho que eu tenho a noção (...) vivi em 2 países da América Latina (...) Eu acho que a América Latina é muito pior. É o que eu acho. Acho que o que nós temos aqui no nosso país, devemos valorizar"*. Esta perspetiva global de "pior" ou "melhor" revela uma consciência das disparidades extremas e uma relativa valorização da realidade portuguesa.

Em Lund - Suécia, a perspetiva comparativa da aplicação dos Direitos Humanos é geralmente marcada por um forte sentimento de privilégio e uma consciência da liderança da Suécia neste campo. Revela também o reconhecimento de que, globalmente, a situação é complexa e que há sempre espaço para melhorar. Na entrevista nº11, um estudante expressa este privilégio: *"Vivi na Índia anteriormente, mas não posso comentar sobre as expectativas que os estudantes podem ter lá. Por exemplo, eles são sobrecarregados. Também as violações de direitos humanos são frequentes lá. As regulamentações sobre as alterações climáticas também são diferentes de tempos em tempos. E estes direitos são definitivamente diferentes de país para país."* Esta comparação direta com um país com grandes desafios realça a boa situação sueca. Já outra jovem (entrevista nº12) é perentória: *"Acho que é melhor em alguns aspetos, porque aqui estamos protegidos por muitas leis."* A Entrevistada nº 13 reconhece a complexidade: *"Sim. Acho que as pessoas, em comparação com os outros países do mundo, na maioria, tiveram os seus direitos cumpridos. Penso que também temos uma tendência a olhar para baixo para outros países, e que estamos muito melhores do que outros países"*. Há uma dualidade entre a satisfação com a própria situação e a consciência da existência de cenários piores. Outro jovem (entrevista nº18) afirma que *"a Suécia geralmente oferece mais direitos, especialmente em comparação com outros países, mas não significa que não haja outros que o fazem de forma diferente. Não sei."* Na entrevista nº 19 destaca-se o papel da Suécia: *"O Governo sueco desempenha um papel muito bom na promoção dos direitos humanos, criando uma sociedade livre onde*

as pessoas são livres para expressar as suas opiniões, e que os seus direitos são respeitados em termos de educação e participação." A Entrevista nº20 resume esta perspetiva de "melhor, mas com espaço para crítica": *"Na Suécia, os jovens têm muitos direitos em comparação com muitos outros países. Em áreas como educação, cuidados de saúde, liberdade de expressão".* Continua, afirmando: *"No entanto, ainda há desafios em áreas como saúde mental e questões de igualdade. Embora os jovens noutros países possam enfrentar limitações mais severas nos seus direitos, como a violência ou a falta de educação".*

Comparativamente, os jovens de Vila Nova de Gaia tendem a ter uma visão mais crítica da aplicação dos Direitos Humanos em Portugal, reconhecendo as suas falhas e comparando-se, implicitamente ou explicitamente, com um ideal europeu que ainda não foi plenamente alcançado, embora valorizem a sua realidade face a contextos onde a sua violação é mais severa. A sua análise é mais focada na concretização dos direitos básicos. Em contraste, os jovens de Lund partilham um sentimento de privilégio acentuado e a perceção de que a Suécia é um modelo na aplicação dos Direitos Humanos, embora reconheçam a existência de desafios globais e a necessidade de aprimoramento em áreas específicas. O seu foco é mais na manutenção e otimização de um sistema que consideram eficaz. O grau de formação e as experiências de vida (como ter vivido noutros países) influenciam a profundidade e a abrangência da comparação, com os universitários a tecerem análises mais complexas e situadas num contexto mais global. No geral, a perspetiva internacional dos jovens de Vila Nova de Gaia é a de um país em processo, com falhas evidentes, enquanto a dos jovens de Lund é a de um país modelo, mas com a responsabilidade de continuar a aperfeiçoar-se e de reconhecer os desafios que são enfrentados noutras partes do mundo.

7.9. Grau de participação dos jovens no associativismo e decisões locais

A análise da participação dos jovens em associações e em processos de decisão local é fundamental para compreender o seu envolvimento cívico e a sua perceção de

influência na sociedade. As respostas dos jovens de Gaia e Lund revelam abordagens e níveis de engajamento distintos, influenciados pelos seus contextos e pelas oportunidades existentes.

Nos inquéritos realizados, obtivemos resultados relativamente semelhantes no que concerne à participação, ainda que os jovens de Lund - Suécia se mostrem um pouco mais participantes.



Figura 8 - Participação dos Jovens

Em Vila Nova de Gaia, a participação dos jovens em associações ou órgãos de decisão local parece ser limitada ou esporádica, com muitos a expressarem falta de tempo, interesse ou conhecimento sobre as oportunidades existentes. Apesar disto, algumas reflexões interessantes são feitas. Na entrevista nº 1, a jovem afirma: *“Não, mas tinha muito gosto em participar. Acho que nunca tive assim grande oportunidade de o fazer, mas espero fazê-lo, sim, no futuro. Existem várias oportunidades aqui em Gaia”*. Já o entrevistado nº 2, é direto ao afirmar não ter interesse e estar "muito fechado" a este tipo de participação. Numa outra entrevista (nº3) é apontada a falta de tempo como o principal impedimento, apesar de reconhecer que as oportunidades existem e que *"Somos nós que criamos a oportunidade, há a oportunidade, mas com tanta coisa que fui deixando acontecer na minha vida, não considerei uma prioridade, não achava que eu poderia fazer a diferença"*. A entrevista nº4 refere *“falhar nesse*

aspeto, mas que não é por falta de interesse". Outro jovem, na entrevista nº5 expressa: *"em associativismo, por opção, não me sinto envolvido, no entanto, não acho que essas portas estejam fechadas, o Município promove bastante a participação dos jovens."*

Na Entrevista nº6, a jovem admite uma certa culpa e faz uma reflexão: *"Não participo nem participei, mas acho que seria algo que gostava de fazer, porque é algo importante e acho que se deve ouvir a nossa voz, eu podia ser uma dessas vozes"*. Duas outras jovens (entrevistas nº7 e nº8) revelam participação passada em diferentes projetos, mas atualmente não participam por motivos pessoais e falta de vontade, destacando a necessidade de *"muito mais comunicação"* sobre estas oportunidades. Outro jovem (entrevista nº10) indica que: *"No meu tempo, quando estava na Faculdade em Portugal, ainda participava em várias coisas. Neste momento, nem tanto. Infelizmente, o dia não tem 48 horas... Às vezes, temos mesmo de nos focar noutros aspetos — pelo menos, é assim que eu sinto."*

Em Lund - Suécia, a participação dos jovens no associativismo e nas decisões locais demonstra um envolvimento mais ativo e uma maior consciência da importância da sua voz, embora a natureza e o grau de participação variem. O entrevistado nº 11 expressa um forte interesse em política e em ter voz, sentindo-se *"altamente envolvido em grande parte do meu corpo de tomada de decisões"* e acreditando que o envolvimento é a melhor forma de proteger os seus direitos. Um jovem, na entrevista nº12, afirma não participar devido a problemas de saúde. A Entrevistada nº13 menciona trabalhar como profissional em um conselho juvenil e ter contato com políticos locais e regionais, sentindo que a sua voz tem impacto. Na Entrevista nº14, uma jovem considera-se *"não muito politicamente ativa"*, mas faz parte de organizações e acredita que tem voz, embora, por vezes, sinta que tem de *"dar um passo atrás"*. Outro jovem sueco (entrevista nº 15) indica participar em organizações e conselhos juvenis, sentindo que os jovens são vistos como *"extremamente importantes"*. O jovem da entrevista nº18 acredita que os jovens de Lund (Suécia) podem influenciar decisões ao nível escolar e nos seus clubes, com a possibilidade de *"melhorar as suas vozes"*. A Entrevistada nº 19 afirma sentir-se envolvida nos processos de decisão local, participando em várias

manifestações e sendo *"sempre voz para minorias"*. O Entrevistado nº 20 sente-se *"fortemente envolvido"* na tomada de decisões locais, embora às vezes sinta que a sua participação não faz *"uma grande diferença"*, mas tenta manter-se informado.

Em síntese, enquanto em Gaia a participação se mostra mais fragmentada, impulsionada por fatores como falta de tempo e percepção de ineficácia, em Lund-Suécia, há uma tendência para um envolvimento mais estruturado e uma consciência mais apurada do papel dos jovens nas decisões locais. As oportunidades e a promoção da participação parecem ser mais visíveis e incentivadoras no contexto de Lund, contrastando com a necessidade de *"mais comunicação"* e percepção de *"falta de interesse"* ou *"tempo"* em Vila Nova de Gaia.

7.10. Medidas de promoção da participação dos jovens na defesa dos seus direitos

A promoção da participação juvenil na defesa dos seus direitos é um desafio complexo que exige a implementação de estratégias multifacetadas, adaptadas às realidades locais. As perspetivas dos jovens de Vila Nova de Gaia e Lund - Suécia, embora distintas, convergem na necessidade de maior informação, oportunidades e confiança nos sistemas existentes.

Em Vila Nova de Gaia, a tónica recai fortemente na necessidade de mais informação e contacto entre os jovens e as instituições. Na maior parte das entrevistas, os jovens demonstram uma preocupação com a falta de informação, alegando que há uma necessidade de criar *"um plano de comunicação mais abrangente"* (entrevista nº 9) para alcançar e *"estimular os jovens a pensar por si mesmos"* (entrevista nº 10). Ainda que alguns mencionem apenas esta falta de informação, outros descrevem uma *"distância entre a classe governativa e a classe popular"* (entrevista nº 4) que prejudica, seriamente, o envolvimento dos jovens porque *"se sentem representados"* (entrevista nº 4). Uma jovem, seguindo, também, um raciocínio semelhante, explica a importância das escolas para propagar a noção dos direitos, dizendo que acha

“importante mostrar aos jovens o que pode acontecer sem esses direitos, o pré 25 de abril, onde vários portugueses tinham muitos dos seus direitos violados, dar-lhes esta perspetiva, para perceberem como se vivia nessa altura e o impacto que tem a longo prazo numa pessoa” (entrevista nº5).

A Entrevistada nº 7 sugere um "ponto importante" ao falar nas escolas e que as *"câmaras devam fazer mais"*. A Entrevistada nº 9 realça a importância de usar as redes sociais e criar conteúdo que *"não é tão chato"* e que *"chame mais à participação"*. A Entrevista nº 10 sugere que os governos e as autoridades locais devem tornar a sua gestão *"mais firme e ativa"*, implementando medidas mais eficazes.

Em Lund, as propostas para aumentar a participação juvenil na defesa dos direitos humanos centram-se em educação, criação de plataformas acessíveis e reforço da confiança institucional. Um dos jovens (entrevista nº 11) refere a necessidade de *"melhores práticas [...] para os tornar conscientes dos seus direitos"*, enquanto a entrevistada nº 12 sugere *"talvez mais oportunidades"*. Na entrevista nº13, uma jovem alerta para a falta de confiança dos jovens, afirmando que *"a confiança dos jovens nas instituições políticas e na tomada de decisões está a diminuir na Suécia"*. Defende que é preciso *"falar com os jovens de uma forma com que eles se possam relacionar"*. Já a Entrevistada nº 14 destaca que os *"partidos de juventude deveriam ser mais visíveis"*. A Entrevistada nº 15 acrescenta que as escolas poderiam *"tornar os jovens mais conscientes dos direitos que têm e da mudança que podem criar"*.

Outras respostas sublinham a importância de tornar a participação dos jovens mais apelativa: a Entrevista nº 16 considera que a política é vista como *"aborrecida"* e sugere *"tornar a participação mais divertida"*; a Entrevistada nº 17 propõe *"mais plataformas acessíveis para os jovens se expressarem"* e *"mais iniciativas escolares"*. Na mesma linha, a Entrevistada nº 18 afirma que a participação só aumenta quando se reconhece *"o quão importante a participação juvenil realmente é"*, criando espaços de empoderamento. Finalmente, as Entrevistadas nº 19 e nº 20 defendem; *"melhor educação sobre direitos humanos nas escolas"*, *"discussões abertas"* e *"mais oportunidades para os jovens se envolverem em decisões locais"*, como conselhos de juventude ou campanhas digitais.

Em síntese, enquanto em Vila Nova de Gaia prevalece a exigência de informação clara e proximidade institucional, em Lund ressalta a preocupação com a confiança nas instituições e a criação de contextos atrativos de participação. Nos dois casos, porém, há consenso sobre a importância da educação, da visibilidade das estruturas e da criação de espaços que deem voz efetiva à juventude.

8. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo central compreender como os jovens percebem e experienciam os Direitos Humanos em contextos socioculturais distintos, tomando como referência os municípios de Vila Nova de Gaia, em Portugal, e Lund, na Suécia. A investigação procurou analisar concretamente como estas percepções sobre direitos fundamentais se manifestam em práticas de cidadania e participação juvenil, considerando simultaneamente o papel das políticas locais de juventude e das condições socioeconómicas, históricas e culturais em que os jovens destas duas cidades se inserem. A abordagem teórica adotada permitiu compreender as múltiplas dimensões que influenciam a percepção e a efetivação dos direitos: o contexto histórico-cultural, o capital social e cultural dos jovens e as suas capacidades reais de transformar participação em oportunidades para o futuro.

Os resultados obtidos evidenciam que, apesar de uma valorização geral dos Direitos Humanos, existem diferenças significativas entre os jovens de Vila Nova de Gaia e de Lund - Suécia, tanto na maneira como percebem esses direitos como na capacidade de os exercerem. Em Vila Nova de Gaia, observamos uma percepção fortemente centrada em direitos sociais e laborais que refletem preocupações com acesso ao emprego, formação e inclusão social na cidade e no país. Estes resultados e as nossas conclusões sugerem que, em contextos com desigualdades socioeconómicas mais acentuadas, a percepção dos Direitos Humanos tende a priorizar aspetos básicos de sobrevivência e oportunidades relacionadas com a melhoria das condições de vida. Por outro lado, os jovens em Lund - Suécia apresentam uma visão mais positiva e diversificada dos direitos, incluindo dimensões como participação política, direitos ambientais e direitos digitais,

o que podemos relacionar com um contexto histórico e institucional muito diferente do português e que promove uma cidadania mais ativa e uma maior consciência de direitos coletivos e individuais.

A análise comparativa das políticas de juventude revela muito mais do que diferenças institucionais: expõe o sentir de duas cidades, a forma como os seus jovens se relacionam com os direitos que lhes são garantidos e o papel que a cultura desempenha na participação. Em Vila Nova de Gaia, cidade maior, marcada por desigualdades e desafios sociais, os programas municipais criados para os jovens são exemplos de resiliência institucional. Mesmo quando os recursos são limitados e as oportunidades escassas, Vila Nova de Gaia tenta, insiste e cria espaços de participação que desafiam as dificuldades do país. Aqui, a participação não é um dado adquirido: é conquistada, dia após dia, pelos jovens que não se conformam, que se levantam repetidas vezes e insistem em exercer os seus direitos, mesmo quando a sociedade parece não priorizá-los. Esta determinação revela algo profundo: a força de uma juventude que acredita, que se esforça, que transforma a escassez em ação concreta e faz do limite uma oportunidade para criar mudança.

Em Lund, na Suécia, a realidade é diferente. Cidade jovem, estruturada em torno do ensino superior e da educação formal, oferece menos programas de participação direta. Os jovens suecos vivem num contexto de direitos consolidados, onde grande parte do que desejam já foi conquistado por gerações passadas. Isto não diminui o valor das suas oportunidades, mas evidencia uma diferença fundamental: a participação em Lund é consistente, organizada e previsível. Não nasce da urgência, da luta ou da necessidade de reivindicar, mas de estruturas estáveis que garantem o acesso aos direitos. Aqui, os desafios existem, mas são distintos, e a energia transformadora que se observa em Vila Nova de Gaia, fruto de esforço contínuo e coragem, é menos visível.

Este contraste não é apenas geográfico ou institucional, é cultural, emocional e político. Isto mostra-nos que políticas de juventude não são apenas avaliadas pela existência de programas ou pelo financiamento que lhes é atribuído, mas pela capacidade de provocar inspiração, participação, ação e permitir que os jovens transcendam os limites impostos pelo contexto. Vila Nova de Gaia ensina que a participação juvenil é, acima de tudo, um

ato de coragem e perseverança: mesmo diante de adversidades, os jovens portugueses não esperam pelo futuro — constroem-no, passo a passo, gesto a gesto. Lund - Suécia, por sua vez, revela que direitos consolidados podem trazer conforto, mas também complacência. A verdadeira medida da participação juvenil reside, portanto, na energia que se dedica a transformar oportunidades em ação, desafios em aprendizado e direitos formais em experiências vividas.

O enquadramento teórico permitiu aprofundar a compreensão destes fenómenos. Pais (1990) reforça a ideia de que a percepção de direitos humanos é histórica e culturalmente construída, desafiando noções anteriormente defendidas. Os jovens internalizam valores socialmente construídos, e estas percepções são moldadas pelo contexto em que crescem, pelas experiências quotidianas e pelas oportunidades disponíveis. Bourdieu (1984) destaca a influência do capital social e cultural, ao demonstrar que jovens com maior acesso a redes de apoio, educação e experiências culturais tendem a exercer direitos de forma mais ativa e consciente. Em Vila Nova de Gaia, a desigualdade no capital social e cultural acentua as barreiras ao exercício de direitos, enquanto em Lund estas desigualdades são mitigadas por políticas e estruturas mais equitativas. Por sua vez, Sen (2001) oferece uma lente analítica focada nas capacidades efetivas, mostrando que a existência formal de direitos não é suficiente: é fundamental garantir que os jovens tenham condições concretas para transformar direitos em experiências reais. Esta abordagem evidencia que, em contextos como Vila Nova de Gaia, barreiras socioeconómicas e estruturais limitam a transformação de direitos formais em experiências concretas, enquanto em Lund os jovens usufruem de capacidades e meios mais efetivos para exercer e vivenciar direitos.

A comparação detalhada entre Vila Nova de Gaia e Lund — Suécia também permite identificar padrões claros de desigualdade e oportunidades. Em termos de percepção de direitos, os jovens de Lund apresentam uma compreensão mais abrangente, reflexo de um contexto educativo e social que valoriza a cidadania ativa, a participação democrática e a consciência ambiental. Em Vila Nova de Gaia, por outro lado, os jovens revelam uma percepção mais centrada em direitos sociais e educativos, evidenciando a importância de políticas públicas que ampliem horizontes e promovam uma

compreensão mais integral dos Direitos Humanos. No que respeita à participação juvenil, Lund apresenta estruturas formalizadas e institucionais, como conselhos municipais de juventude e programas contínuos de engajamento, enquanto Vila Nova de Gaia depende mais de projetos pontuais, voluntariado e iniciativas locais menos consolidadas. Esta diferença estrutural evidencia a importância de políticas de juventude consistentes e sistemáticas para que os direitos possam ser efetivamente exercidos.

Os resultados deste estudo têm implicações práticas significativas. Primeiro, reforçam a necessidade de investir em programas estruturados, contínuos e avaliáveis, inspirando-se, por exemplo, nas boas práticas observadas em Lund - Suécia. Estes programas devem criar espaços permanentes de participação juvenil, com financiamento adequado e mecanismos claros de acompanhamento e avaliação. Em segundo lugar, destacam a importância da educação em direitos humanos, não apenas em termos de conhecimento teórico, mas também na promoção de capacidades práticas de ação, incluindo direitos ambientais, digitais e de participação política. Em terceiro, evidenciam a necessidade de reduzir desigualdades socioeconómicas, promovendo o acesso à educação, formação profissional e oportunidades culturais, aumentando assim o capital social e cultural dos jovens e facilitando o exercício efetivo de direitos. Finalmente, sublinham a relevância de políticas multidimensionais que articulem educação, emprego, cultura e participação, reconhecendo que a promoção de direitos humanos é um processo complexo e interdependente.

Apesar das contribuições significativas, este estudo apresenta limitações. A amostra restrita e a duração limitada da observação não permitem a generalização dos resultados. A interpretação das perceções dos jovens pode ter sido influenciada pelo enquadramento cultural da investigadora, e o foco em apenas dois contextos europeus limita a extrapolação para outras realidades culturais e sociais. Estas limitações sugerem a necessidade de estudos futuros que ampliem o número de municípios analisados, realizem outros estudos para acompanhar mudanças ao longo do tempo, e explorem mais profundamente a relação entre políticas públicas e perceção de direitos, incorporando dimensões sociais, ambientais e digitais. Além disso, é relevante investigar

o impacto de desigualdades específicas relacionadas com género, origem étnica ou migratória aprofundando a compreensão das múltiplas camadas de vulnerabilidade e oportunidade que moldam a experiência juvenil.

Em síntese, a análise comparativa entre Vila Nova de Gaia e Lund - Suécia evidencia que a percepção e a concretização dos Direitos Humanos pelos jovens são influenciadas pelo contexto cultural, social e político em que se inserem. Enquanto em Lund políticas estruturadas, participação cidadã valorizada e oportunidades educativas amplas permitem que direitos formais se traduzam em experiências concretas, em Vila Nova de Gaia persistem barreiras socioeconómicas e estruturais que condicionam significativamente este processo. O estudo mostra que a existência formal de direitos não garante a sua efetivação. É necessário criar condições materiais, sociais e institucionais que permitam aos jovens exercer plenamente os direitos que lhes são reconhecidos. Esta investigação oferece, portanto, lições relevantes para o desenho de políticas de juventude mais inclusivas e eficazes, ao mesmo tempo que reforça a importância de integrar análise teórica e evidência empírica para compreender a complexidade da experiência juvenil em diferentes contextos culturais e sociais.

Em suma, ao combinar percepções individuais, estruturas institucionais e dimensões contextuais, este estudo contribui para um entendimento mais profundo e crítico dos Direitos Humanos enquanto prática viva, dinâmica e dependente de condições concretas de implementação e exercício.

Referências Bibliográficas

- Amnistia Internacional Portugal. (2024, 27 de maio). *Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em <https://www.amnistia.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>
- Bethencourt, F. (2023). *Direitos Humanos. Ensaios da Fundação*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 978-989-9118-68-3
- Bourdieu, P. (1978). *La jeunesse n'est qu'un mot*. In *Questions de sociologie* (pp. 520–530). Paris: Éditions de Minuit. Disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/questions/jeuness.htm>
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. (2023). *Plano Municipal das Juventudes 2024-2028*. Vila Nova de Gaia: Autor. Depósito Legal 537953/24.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. (2025). *Juventude*. Disponível em <https://www.cm-gaia.pt/pt/cidade/juventude/>
- Comissão Europeia. (2025). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativo à implementação da Estratégia da UE para a Juventude (2022–2024) (COM(2025) 117 final). Comissão Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/>
- Council of Europe. (2003). *Revised European Charter on the Participation of Young People in Local and Regional Life*. Council of Europe Publishing. Recuperado de <https://www.coe.int/en/web/youth/-/revised-european-charter-on-the-participation-of-young-people-in-local-and-regional-li-1>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4.^a ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Duarte, A. (2015). Direito internacional: rumo a uma ética universalizante de Direitos Humanos. *História: Revista da FLUP*, 5, 67–76. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13786.pdf>

EURES. (2025, 24 de fevereiro). *Labour Market Information: Sweden*. União Europeia. Disponível em https://eures.europa.eu/living-and-working/labour-market-information-europe/labour-market-information-sweden_en

Feitosa, M. L. P. A. M. (2006). *Direitos humanos, econômicos, sociais e culturais*. *Prim Facie*, 5(8). Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/28156045_Direitos_humanos_economicos_sociais_e_culturais

Fernandes, A. (2009). Direitos humanos e globalização. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, 15, 11–26. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4265/426539980001.pdf>

Ferreira, T., Marinho, L., Vieira, M. M., & Ferreira, V. S. (2019). Políticas municipais de juventude: governança, recursos e apoios (Policy Brief 2019). Observatório Permanente da Juventude, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. <https://hdl.handle.net/10451/39625>

Flick, U. (2002). Qualitative research: State of the art. *International Journal of Social Research Methodology*, 5(1), 1–14. <https://doi.org/10.1177/0539018402041001001>

Giddens, A., & Sutton, P. W. (2015). *Conceptos esenciales de sociología* (M. V. Morán, Trad.). Madrid: Alianza Editorial.

Gorgulho, R. (2024, 23 de outubro). *Aulas de Cidadania: A ignorância é força*. Esquerda.net. Retirado de <https://www.esquerda.net/opiniao/aulas-de-cidadania-ignorancia-e-forca/92636>

Lopes, A. C. L. (2023). Uma missão (im)possível: A empatia histórica e a história das mentalidades e do quotidiano como motivação para a aprendizagem da História (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto). Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/153269/2/645994.pdf>

Neves, R. (2019). *Vila Nova de Gaia*. Gabinete de Estratégia e Estudos. Disponível em <https://www.gee.gov.pt/pt/docs/publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/porto/vila-nova-de-gaia>

Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude — alguns contributos. *Análise Social*, 25(105-106), 139-165.

Pais, J. M., Cairns, D., & Pappámikail, L. (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social*, 17(2), 9–35. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200006>

Quadros, I. (2022, 11 de dezembro). *Direitos Humanos: “É preciso garanti-los nas situações concretas”*. Agência Ecclesia. Informações que constam publicados por Ecclesia.

Quadros, I. (2022, 11 de dezembro). *Direitos Humanos: “Ignorância culposa” gera situações de incumprimento em Portugal*. Agência Ecclesia. Informações que constam publicados por Ecclesia. <https://agencia.ecclesia.pt/portal/direitos-humanos-ignorancia-culposa-gera-situacoes-de-incumprimento-em-portugal/>

Rodela, R., & Norss, E. (2023). Opening up spatial planning to the participation of children and youth: the Swedish experience. *European Planning Studies*, 31(2), 252–269. <https://doi.org/10.1080/09654313.2022.2041557>

Sen, A. (2016, 3 de julho). *Direitos humanos e diversidade cultural. Crítica na Rede*. Retirado de <https://criticanarede.com/linguagempolitica.html>

Sweden.se. (2025). *Democracy in Sweden*. Recuperado de <https://sweden.se/life/democracy>

Timóteo, W., & Oliveira, I. de M. (2021). A ausência de políticas públicas para a juventude como ofensa aos direitos humanos [The absence of public policies for youth as an offense to human rights]. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 11(1), 420–431. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v11i1.6628>

United Nations Development Programme. (2025). *Human Development Report 2025: A matter of choice: People and possibilities in the age of AI*. Nova Iorque, NY: Autor. ISBN PDF 9789211542639. Disponível em <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2025reporten.pdf>

UNRIC. (2018). *O que são os direitos humanos?*. Disponível em <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>

Urbistat. (2025). *Demographic statistics Municipality of Lund*. Disponível em <https://ugeo.urbistat.com/AdminStat/en/se/demografia/dati-sintesi/lund/20299269/4>

Anexos

Guião de Entrevista para Jovens Portugueses

Desafios Globais, Perceções Locais: Juventude e Direitos Humanos

Um estudo entre Vila Nova de Gaia e Lund

Cristiana Rocha Santos

Introdução	• Apresentação da investigadora e esclarecer o tema do meu relatório e como utilizarei a informação recolhida • Garantir anonimato e pedir consentimento para gravação (questão ética)
Perguntas Introdutórias	1. O que são Direitos Humanos? 2. Que exemplos de direitos humanos consideras mais importantes? 3. Sentes que os jovens da tua comunidade conhecem bem os seus direitos? Por quê?
Perguntas sobre Perceções e Experiências Pessoais	1. Sentes que já foste privado/a de algum direito? Podes partilhar? 2. No que concerne aos direitos humanos, que desafios é que os jovens mais enfrentam na tua perspetiva? 3. Qual é o papel do governo português ou das instituições locais em Vila Nova de Gaia no que diz respeito aos direitos dos jovens?
Perguntas sobre Desafios Globais e Perceções Locais	1. Acreditas que as questões globais, como a desigualdade ou as mudanças climáticas, afetam os teus direitos a nível local? 2. Como comparas a situação dos direitos humanos dos jovens em Portugal com outros países? Achas que a situação é melhor? Pior?
Participação Juvenil	1. Consideras-te uma pessoa que participa nas decisões locais? Participas em alguma associação ou entidade local? (perguntar porquê se sim ou se não) 2. O que achas que poderia ser feito para aumentar a participação dos jovens na defesa dos seus direitos?
Considerações Finais	1. Gostarias de acrescentar alguma coisa? • Agradecimento e despedida. • Esclarecimentos adicionais caso sejam necessários

Cristiana Rocha Santos

Interview Guide for Swedish Youth

Global Challenges, Local Perceptions: Youth and Human Rights

A Comparative Study between Vila Nova de Gaia and Lund

Cristiana Rocha Santos

Introduction	• Introduction of the researcher and clarification of my report's topic and how the collected information will be used. • Assurance of anonymity and request for consent to record the interview (ethical considerations).
Introductory questions	1. What are Human Rights? 2. What examples of human rights do you consider most important? 3. Do you feel that young people in your community are well aware of their rights? Why or why not?
Questions about Perceptions and Personal Experiences	1. Do you feel that you have ever been deprived of any rights? Could you share an example? 2. In your perspective, what are the main challenges that young people face regarding human rights? 3. What role do you think the Swedish government or local institutions in Lund play in relation to youth rights?
Questions about Global Challenges and Local Perceptions	1. Do you believe that global issues, such as inequality or climate change, affect your rights at a local level? 2. How do you compare the human rights situation for young people in Sweden to other countries? Do you think it is better or worse?
Youth participation	1. Do you consider yourself someone who participates in local decision-making? Are you involved in any association or local entity? (Ask why or why not.) 2. What do you think could be done to increase youth participation in defending their rights?
Final considerations	1. Is there anything else you would like to add? • Thank you and farewell. • Provide any additional clarifications if needed.

Guião de Entrevista para trabalhadores da juventude em Portugal

Desafios Globais, Perceções Locais: Juventude e Direitos Humanos

Um estudo entre Vila Nova de Gaia e Lund

Cristiana Rocha Santos

Introdução	• Apresentação da investigadora e esclarecer o tema do meu relatório e como utilizarei a informação recolhida • Garantir anonimato e pedir consentimento para gravação (questão ética)
Perguntas Introdutórias	1. Pode descrever brevemente o seu papel como <i>youth worker</i>? 2. Quais são os maiores desafios que encontra ao trabalhar com jovens e direitos humanos?
Perspetiva sobre os jovens e os seus direitos	1. Na sua opinião, quais são os direitos humanos mais frequentemente desrespeitados ou ignorados em relação aos jovens? 2. Considera que os jovens estão conscientes dos seus direitos?
Desafios e Boas Práticas	1. Pode partilhar alguma iniciativa ou experiência que tenha motivado as camadas mais jovens na área dos direitos humanos? 2. Que recursos ou apoio considera essenciais para a promoção dos direitos humanos entre jovens?
Políticas e Ações Locais	1. Como avalia as políticas públicas locais e nacionais direcionadas para os jovens? 2. Tendo em conta a sua experiência, acha que existem diferenças significativas entre como os direitos dos jovens são tratados em contextos globais e locais?
Recomendações e Futuro	1. Que mudanças gostaria de ver nas políticas de juventude para melhor proteger os direitos humanos? 2. Como os jovens poderiam ser mais incluídos nas decisões sobre políticas de direitos humanos?
Considerações Finais	1. Gostaria de acrescentar alguma coisa? • Agradecimento e despedida. • Esclarecimentos adicionais caso sejam necessários

Interview Guide for Youth Workers in Sweden

Global Challenges, Local Perceptions: Youth and Human Rights

A Comparative Study between Vila Nova de Gaia and Lund

Cristiana Rocha Santos

<i>Introduction</i>	• Introduction of the researcher and clarification of my report's topic and how the collected information will be used. • Assurance of anonymity and request for consent to record the interview (ethical considerations).
<i>Introductory questions</i>	1. Could you briefly describe your role as a youth worker? 2. What are the biggest challenges you encounter when working with young people and human rights?
<i>Perspectives on youth and their rights</i>	1. In your opinion, which human rights are most frequently neglected or violated concerning young people? 2. Do you think young people are aware of their rights? Why or why not?
<i>Challenges and best practices</i>	1. Can you share any initiative or experience that successfully engaged young people in human rights? 2. What resources or support do you believe are critical for promoting human rights among youth?
<i>Policies and local actions</i>	1. How do you evaluate local and national public policies aimed at young people? 2. Based on your experience, do you see significant differences in how youth rights are addressed in global versus local contexts?
<i>Recommendations and the future</i>	1. What changes would you like to see in youth policies to better protect human rights? 2. How could young people be more actively involved in decisions about human rights policies?
<i>Final considerations</i>	1. Is there anything else you would like to add? • Thank you and farewell. • Provide any additional clarifications if needed.

Anexo 5 - Termo de Consentimento (inglês)

INFORMED CONSENT FORM

Study Title: Global Challenges, Local Perceptions: Youth and Human Rights – A Study between Vila Nova de Gaia and Lund

Researcher: Cristiana Santos

Institution: Faculty of Arts, University of Porto

Contact: cristianarochasantos@gmail.com

Introduction

You are being invited to participate in a study about young people's perceptions of human rights in Lund, Sweden, and Vila Nova de Gaia, Portugal. The aim of this research is to understand how youth perceive and experience human rights in their local contexts.

Before deciding to participate, please read this document carefully. It explains the purpose of the study, what participation involves, and your rights.

Voluntary Participation

Your participation is entirely voluntary. You may refuse to participate or withdraw at any time without any consequences.

What does participation involve?

- You will be invited to a short interview lasting approximately 15 minutes.
- The interview will be audio-recorded with your consent.
- You may choose not to answer any question you feel uncomfortable with.

Confidentiality and Data Protection

- Your responses will be kept confidential and anonymized during the analysis and dissemination of results.
- The data collected will be securely stored and used only for academic purposes. Only the researcher and academic supervisors will have access.
- This research complies with the General Data Protection Regulation (GDPR) and ethical research guidelines.

- If at any point you wish for your data to be deleted, you may contact the researcher at cristianarochasantos@gmail.com
- If, after consenting and participating in the interview, you decide to withdraw from the study, please notify us as soon as possible to avoid impacting the research.

Risks and Benefits

- There are no direct risks associated with participation.
- Your perspective will contribute to a better understanding of how young people perceive human rights.

Consent Statement

I declare that I have read and understood the above information and voluntarily agree to participate in this study.

Participant's Name: _____

Signature: _____

Date: _____

Researcher's Name: Cristiana Santos

Signature: Cristiana Santos

Anexo 6 - Termo de Consentimento (português)

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do Estudo: *Desafios Globais, Percepções Locais: Juventude e Direitos Humanos – Um estudo entre Vila Nova de Gaia e Lund*

Investigadora: Cristiana Santos

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Contacto: cristianarochasantos@gmail.com

Introdução

Está a ser convidado(a) a participar num estudo sobre as percepções dos jovens em relação aos direitos humanos em Lund, na Suécia e Vila Nova de Gaia, em Portugal. O objetivo desta investigação é compreender como os jovens percecionam e experienciam os direitos humanos nos seus contextos locais.

Antes de decidir participar, por favor, leia atentamente este documento, que explica o propósito do estudo, o que a participação implica e os seus direitos.

Participação e Natureza Voluntária

A sua participação é totalmente voluntária. Poderá recusar participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer consequência.

O que implica a participação?

- Será convidado(a) para uma entrevista com duração aproximada de **15 minutos**.
- A entrevista será **gravada em áudio** com o seu consentimento.
- Poderá optar por não responder a qualquer questão com a qual não se sinta confortável.

Confidencialidade e Proteção de Dados

- As suas respostas serão **confidenciais e anonimizadas** na análise e divulgação dos resultados.

- Os dados recolhidos serão armazenados de forma segura e utilizados apenas para fins académicos. Apenas a investigadora e equipa de orientação científica terão acesso.
- Esta investigação cumpre o **Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)** e as diretrizes éticas de pesquisa.
- Se, em qualquer momento, desejar que os seus dados sejam eliminados, poderá contactar a investigadora através do email cristianarochasantos@gmail.com
- Se, após dar a entrevista e consentir, quiser retirar-se do estudo, solicito que seja feito com a maior brevidade possível, com o fim de não prejudicar a investigação.

Riscos e Benefícios

- Não existem riscos diretos associados à participação.
- A sua perspectiva contribuirá para um melhor entendimento das percepções dos jovens sobre os direitos humanos.

Declaração de Consentimento

Declaro que li e compreendi as informações acima e concordo voluntariamente em participar neste estudo.

Nome do(a) Participante: _____

Assinatura: _____

Data: _____

Nome da Investigadora: Cristiana Santos

Assinatura: Cristiana Santos

Youth Perceptions of Human Rights

- From your experience, how aware do you think **young people** in Lund are about human rights?
- In your opinion, which **human rights issues** are most relevant or concerning for young people today?
- Do you think young people feel that human rights **are universal**, or do they see them as something that depends on the country or culture?
- Do young people in Lund actively engage in discussions or actions related to human rights? If so, in what ways?
- What do you think are the **main barriers** that prevent young people from getting involved in human rights issues?

Young people with disabilities and their rights

- How do young people in Lund perceive **human rights** regarding the inclusion of people with disabilities?
- Are there any studies or data on young people's awareness of **accessibility rights, discrimination, or inclusion**?
- Do you think there is a **gap between legislation and real-life experiences** for young people with disabilities in Lund?
- What are the **main challenges** young people with disabilities face in terms of **education, employment, and social life**?
- Are there any initiatives or programs that **encourage youth advocacy** for disability rights?
- In what ways does Lund **ensure accessibility** in public spaces, schools, and workplaces for young people?

Anexo 7 - Guião de Entrevista com Representante e Embaixadores do Município de Lund

Pergunta		Conclusões
1) O que são Direitos Humanos?	Definição de Direitos Humanos	Algumas respostas revelam reflexão crítica e maturidade conceptual (ex.: “são inerentes ao ser humano — não são negociáveis”), mas outras expressam incerteza ou desconhecimento (ex.: “tem muitas dúvidas e afirma não saber muito bem”). // Muitos participantes consideram os direitos humanos como fundamentais, inalienáveis e universais: “devem ser assegurados em todo o lado, indiscutíveis, imbatíveis” “são inerentes ao ser humano — não são negociáveis” Há uma forte ênfase na ideia de que todas as pessoas devem ter acesso a esses direitos, independentemente de gênero, raça, religião ou orientação sexual. // Várias respostas focam-se em direitos concretos como: Habitação, alimentação, água potável, educação, ambiente saudável Ex.: “ter uma casa, comida”, “direito à água potável”, “direito à imigração”
2) Que exemplos de direitos humanos consideras mais importantes?	Exemplos de Direitos Humanos mais importantes	Apesar de estarem informados sobre os direitos humanos, os jovens na Suécia tendem à passividade e têm dificuldade em lutar por esses direitos na prática, o que contrasta com a atitude mais reivindicativa dos jovens portugueses, moldada pela história do país. Embora existam desigualdades em ambos os países (socioeconómicas na Suécia e de acesso em Portugal), as barreiras mais visíveis na Suécia são a falta de conhecimento sobre direitos específicos (como os de pessoas com deficiência) e o preconceito.
3) Sentes que os jovens da tua comunidade conhecem bem os seus direitos? Por quê?	Conhecimento dos jovens dos seus direitos	Algumas respostas transmitem confiança no que concerne a esta resposta, mas uma grande maioria tem incerteza e não acha que a sua geração é informada o suficiente. Mesmo os que acham que são informados, consideram que seja a nível superficial. Já na Suécia, a maior parte das respostas começam com "depende", mas uma grande maioria tem confiança na geração e nos seus conhecimentos.
4) Sentes que já foste privado/a de algum direito? Podes partilhar?	Experiência de privação de direitos fundamentais	Em geral, não há privação de direitos individuais, esta privação, do lado português, surge mais em questões sociais como saúde, educação, habitação ou emprego. Os suecos apresentam menos queixas em geral e, quando o fazem, é no âmbito mais individualista.
5) No que concerne aos direitos humanos, que desafios é que os jovens mais enfrentam na tua perspetiva?	Desafios experimentados pelos jovens no plano dos Direitos Humanos	Muito semelhante ao que é mencionado anteriormente. Respostas muito interessantes.
6) Qual é o papel do governo português ou das instituições locais em Vila Nova de Gaia no que diz respeito aos direitos dos jovens?	Papel do Governo e das instituições locais na promoção dos direitos dos jovens	Uma dicotomia de satisfação e insatisfação para com o governo no lado português - fazem mais queixas do que respondem à questão. Os suecos são, uma vez mais, positivos.

7) Acreditas que as questões globais, como a desigualdade ou as mudanças climáticas, afetam os teus direitos a nível local?	Papel da globalização e das desigualdades sociais e das mudanças climáticas no plano dos direitos humanos a nível local	Ambos os contextos locais acreditam nesta afirmação, ainda que os jovens não tenham entendido bem a questão, poderá ter sido má formulada.
8) Como comparas a situação dos direitos humanos dos jovens em Portugal/Suécia com outros países? Achas que a situação é melhor? Pior?	Perspetiva comparativa da aplicação dos Direitos Humanos a nível internacional	Respostas muito positivas em geral, ambos os contextos reconhecem privilégio, ainda que os portugueses, uma vez mais, expressem mais determinados sentimentos. A resposta poderá ter causado um pouco de confusão nos participantes devido ao número de países com que se comparavam.
9) Consideras-te uma pessoa que participa nas decisões locais? Participas em alguma associação ou entidade local? (perguntar porquê se sim ou se não)	Grau de participação dos jovens no associativismo e decisões locais	Respostas muito divididas, esperava mais participação do lado sueco, ainda que haja um maior incentivo nas escolas para que isto aconteça. Ambos os contextos sentem que não pertencem aos locais de fala, não podendo participar nas decisões locais - falta de valorização da camada mais jovem.
10) O que achas que poderia ser feito para aumentar a participação dos jovens na defesa dos seus direitos?	Medidas de promoção da participação dos jovens na defesa dos seus direitos	Do lado português é informação, os jovens querem ser informados, sentem que nada lhes chega. Já as respostas suecas são mais variadas, a informação chega aos jovens, mas querem participar, inovar, delegar funções nos mais jovens - estão já no próximo passo, já obtiveram informação, agora querem usá-la para fazer a diferença.

Anexo 8 – Análise das Entrevistas